

Índice

AUTODIAGNÓSTICO	2
1. PREÂMBULO	2
2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	2
3. RESULTADOS	4
3.1 Perspetiva da Presidência	6
3.2. Perspetiva da Modalidade Restrita	8
3.3. Perspetiva da Modalidade Alargada	15
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	18
DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL	20
DIAGNÓSTICO LOCAL DA REALIDADE INFANTOJUVENIL	21
1. DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS	21
2. AS CRIANÇAS E O DIREITO À SOBREVIVÊNCIA	31
3. AS CRIANÇAS E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO	47
4. AS CRIANÇAS E O DIREITO À PROTEÇÃO	57
5. AS CRIANÇAS E O DIREITO À PARTICIPAÇÃO	63
5.1. Questionário 6A Ferramenta de diagnóstico para jovens	64
5.2. Questionário 6B Ferramenta de diagnóstico para crianças	74
5.3. Questionário 7 Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local	83
5.4. Questionário 8 Autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude	95
PLANO ESTRATÉGICO LOCAL	104
1. DEFINIÇÃO DE EIXOS DE INTERVENÇÃO	104
2. EIXOS DE INTERVENÇÃO	107
AVALIAÇÃO	

AUTODIAGNÓSTICO

1. PREÂMBULO

O diagnóstico organizacional ou autodiagnóstico visa proporcionar à CPCJ de São Pedro do Sul as condições necessárias para o desenvolvimento e aprimoramento do seu desempenho, a fim de alcançar níveis satisfatórios de eficiência e eficácia.

O presente autodiagnóstico constitui assim um processo de recolha, análise e interpretação de informações respeitantes ao modo de funcionamento da CPCJ. No contexto de atuação da Comissão, o processo de autodiagnóstico aglomera inúmeros benefícios, como a análise de carências/necessidades e a respetiva identificação de ações necessárias para a resolução das mesmas, bem como, a análise das próprias potencialidades, mais-valias e características da própria marca da CPCJ na comunidade.

Neste sentido, o autodiagnóstico é um instrumento precioso para o sucesso da implementação da mudança e para a adaptação e performance da CPCJ à complexidade dos processos de promoção e proteção das crianças e jovens.

Em suma, ressalva-se ainda a importância deste recurso no estabelecimento de uma visão integrada e articulada da CPCJ, proporcionando assim maior agilidade na superação de obstáculos e, conseqüentemente, na gestão de recursos e investimentos, a médio e a longo prazo, contribuindo, deste modo, para o progresso.

2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Para o efeito, este autodiagnóstico da CPCJ de São Pedro do Sul reflete-se, essencialmente, em três etapas:

- 1ª - Recolha de dados para a identificação de potencialidades e vulnerabilidades;
- 2ª - Interpretação dos resultados obtidos, com a respetiva sintetização e padronização;
- 3ª - Desenvolvimento de um plano de ação.

A metodologia utilizada versou uma abordagem qualitativa e quantitativa.

Em termos qualitativos procedeu-se à Análise SWOT, que permite identificar as:

- S (Strengths) – Forças: aspetos positivos e dimensões que funcionam bem numa organização ou que podem ser consideradas como mais-valias para o desenvolvimento dos trabalhos em questão (neste caso a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens);

- W (Weaknesses) – Fraquezas: aspetos menos positivos e dimensões internas à organização que se podem constituir como fragilidades ou lacunas a resolver;
- O (Opportunities) – Oportunidades: identificar oportunidades consiste em reconhecer e validar elementos externos à organização como recursos importantes à resolução de problemas;
- T (Threats) – Ameaças: elementos externos à organização que podem constituir um obstáculo ao desempenho e progresso almejado.

Esta Análise SWOT foi realizada em sede de reunião da Modalidade Alargada, com a participação de 9 dos 15 Comissários que integram a CPCJ de S. Pedro do Sul, perfazendo uma participação de 60%.

Em termos quantitativos foram empregues três questionários distintos, dirigidos de forma específica à Presidência, à Modalidade Restrita e à Modalidade Alargada. Tais questionários foram desenvolvidos pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) e pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ).

O **questionário da Presidência**, preenchido pelo Presidente em funções, é composto por três dimensões:

- 1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ;
- 2) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei n.º 147/99);
- 3) Sobre a Liderança.

As três dimensões perfazem um total de 22 itens, numa escala tipo *Likert*, nomeadamente: 1) Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta, incluindo ainda as opções NS - Não Sei e NA - Não se aplica. Para além destes itens, o questionário abarca igualmente 4 questões abertas.

O **questionário da Modalidade Restrita** inclui sete dimensões, a saber:

- 1) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei n.º 147/99);
- 2) Outros princípios fundamentais de direitos da criança;
- 3) Sobre a Liderança;
- 4) Planeamento e Avaliação;
- 5) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo;
- 6) Desenvolvimento e Capacitação dos Membros;
- 7) Recursos Humanos e Logísticos.

Os 89 itens que constituem o presente questionário exibem o mesmo formato de resposta do tipo *Likert*: 1) Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 –



Concordo; 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta, incluindo ainda as opções NS - Não Sei e NA - Não se aplica.

Este questionário foi preenchido pelos 7 Comissários que integram a Modalidade Restrita, perfazendo assim uma participação de 100%.

Por último, o **questionário da Modalidade Alargada** abrange as quatro dimensões seguintes:

- 1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ;
- 2) Composição e estrutura da CPCJ;
- 3) Funcionamento da CPCJ;
- 4) Sobre a Liderança.

De igual modo, o total de 34 itens apresenta-se numa escala tipo Likert: 1) Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 - Concordo Inteiramente ou afirmação totalmente correta, incluindo ainda as opções NS - Não Sei e NA - Não se aplica.

O referido questionário foi preenchido por 5 Comissários da Modalidade Alargada, dum total de 8, perfazendo uma participação de 62,5%.

3. RESULTADOS

Conforme referido anteriormente, a análise SWOT consistiu num exercício de autorreflexão e posterior análise conjunta dos Comissários, no que concerne às Forças e Fraquezas referentes ao funcionamento interno da CPCJ de São Pedro do Sul, bem como, às Oportunidades e Ameaças reconhecidas no ambiente externo.

Desta análise, efetuada em sede de reunião alargada por 9 Comissários de um total de 15, emergiu a tabela infra.

Tabela 1 – Matriz SWOT

	FORÇAS	FRAQUEZAS
	FATORES INTERNOS	
	✓ Participação das entidades locais; ✓ Qualificação dos técnicos e valências profissionais; ✓ Privacidade/localização das instalações; ✓ Equipa coesa, disponível, motivada, sensata e multidisciplinar.	✓ Perceção da comunidade relativamente à CPCJ; ✓ Apoio jurídico; ✓ Recursos humanos administrativos; ✓ Viatura própria e disponível em tempo útil para diligências externas.
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	FATORES EXTERNOS	
	✓ Diversidade de ações programadas; ✓ Boa articulação com os diversos parceiros do concelho; ✓ Associações e entidades concelhias disponíveis, ativas e colaborantes; ✓ Concelho com variadas ofertas nas várias áreas (desporto, cultura, natureza, saúde e bem estar).	✓ Alienação Parental; ✓ Comportamentos Aditivos (Alcoolismo/Toxicodependências); ✓ Incremento significativo de comportamentos auto-lesivos nos jovens; ✓ Violência Doméstica; ✓ Absentismo Escolar; ✓ Concelho geograficamente extenso e díspar nas ofertas existentes, nos acessos e nas oportunidades; ✓ Constrangimentos no âmbito dos transportes públicos.

Pela observação dos dados da tabela, constata-se que, ao nível interno, as forças e fraquezas encontram-se de certa forma equilibradas.

No que às forças diz respeito, destaca-se uma rede de parceiros locais concertada e envolvida num plano de atividades, assim como, a competência, qualidade, união e versatilidade da equipa técnica afeta ao serviço. É de salientar ainda a boa condição das instalações físicas da CPCJ, nomeadamente a privacidade das mesmas, como um indicador de força.

Em contrapartida, apresentam-se como fraquezas os seguintes pontos: O sentimento de desconfiança generalizado que a comunidade tem relativamente à atuação e papel das CPCJ's; a

necessidade de um/a técnico/a que assegure a eficiência administrativa e de outro/a técnico/a especialista em assuntos jurídicos e as limitações de transporte e deslocação para a realização de diligências externas, uma vez que a CPCJ não dispõe de viatura própria.

Por outro lado, ao nível externo, constata-se alguma desigualdade no prato da balança que pende mais para as ameaças. Neste ponto, os Comissários focaram essencialmente as problemáticas e vulnerabilidades existentes no concelho, designadamente os comportamentos aditivos, a violência doméstica, perturbações do foro mental, o absentismo escolar e a alienação parental. Para além disso, foi reportada igualmente como ameaça externa a lacuna existente ao nível da rede de transportes públicos que, associada à extensa área geográfica do concelho, impossibilita a igualdade de acesso e de oportunidades entre os munícipes.

No que se refere às oportunidades externas para a CPCJ de São Pedro do Sul, cita-se uma boa articulação com a rede local de parceiros que se patenteiam ativos e cooperantes, bem como, o vasto leque de atividades de caráter lúdico, cultural, desportivo, saúde e bem-estar.

Em seguida, serão apresentados os resultados mais relevantes dos três questionários aplicados através do recurso à estatística descritiva.

3.1 Perspetiva da Presidência

A **perspetiva da Presidência** é bastante positiva em termos gerais, todavia destacam-se as duas primeiras dimensões como marcadamente positivas, cuja perceção remete para a existência de uma missão e visão definidas e disseminadas, cumprindo-se com os princípios orientadores da intervenção, preconizados no artigo 4.º da Lei n.º 147/99, na sua redação atual.

Quanto à terceira dimensão, que diz respeito à perceção do Presidente acerca do seu estilo de liderança, verifica-se que a maioria dos itens contou com uma concordância absoluta, no entanto, seis itens obtiveram uma valoração de “Concordo”, nomeadamente os itens relativos ao tempo que dedica à CPCJ e se este se adequa ao desenvolvimento das ações da Comissão (3.3); ao eficaz planeamento das reuniões e do trabalho desenvolvido (3.4); à mobilização dos intervenientes para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros (3.7); à delegação de funções em outro elemento da CPCJ (3.14); à supervisão do trabalho das/os profissionais apoiando-os/as onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa (3.15) e por último a discussão da avaliação individual com cada técnico/o (3.16).

São de enfatizar ainda dois itens discordantes uma vez que o Presidente não considera ser avaliado pelos membros da CPCJ (3.13) e assume, que regra geral, não estabelece com cada um dos técnicos as estratégias e objetivos a alcançar (3.17).

Tabela 2 - Resultados globais do questionário da Presidência

1-Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3-Concordo; 4- Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS – Não Sei;

Dimensão/Item	4	3	2	1	NS
1.Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ					
1.1. Identifico-me com a missão e visão da CPCJ	100%	-	-	-	-
1.2. Dissemino a missão e a visão da CPCJ por todos os novos membros, aquando a sua entrada	100%	-	-	-	-
2.Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)					
2.1.Sei que a CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança	100%	-	-	-	-
2.2. Sei que a CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças	100%	-	-	-	-
3.Sobre a liderança					
3.1. Enquanto elemento da Presidência reconheço-me como alguém comprometido com a missão da CPCJ	100%	-	-	-	-
3.2. Enquanto elemento da Presidência comunico orientações que considero claras	100%	-	-	-	-
3.3. Considero que o tempo que dedico à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ	-	100%	-	-	-
3.4. Costumo planear as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente	-	100%	-	-	-
3.5. Posso formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ	100%	-	-	-	-
3.6. Comunico de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista	100%	-	-	-	-
3.7. Consigo mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros	-	100%	-	-	-
3.8. Posso competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros	100%	-	-	-	-
3.9. Promovo uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz	100%	-	-	-	-
3.10. Empenho-me na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...), para a CPCJ	100%	-	-	-	-
3.11. Contribuo para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens	100%	-	-	-	-
3.12. Empenho-me em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	100%	-	-	-	-
3.13. Sou avaliada/o pelos membros da CPCJ	-	-	100%	-	-
3.14. Delego grande parte das minhas funções noutro elemento da CPCJ	-	100%	-	-	-
3.15. Supervisiono ativamente o trabalho das/os profissionais apoiando-os/as onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para equipa	-	100%	-	-	-
3.16. Discuto a avaliação individual com cada técnica/o	-	100%	-	-	-
3.17. Revejo, com cada profissional, as estratégias de trabalho e	-	-	100%	-	-

defino os progressos a alcançar					
3.18. Incentivo as/os técnicas/os a partilhar as suas ideias e experiências	100%	-	-	-	-

3.2. Perspetiva da Modalidade Restrita

Os resultados obtidos da análise dos questionários aplicados aos 7 Elementos que integram esta modalidade da CPCJ de S. Pedro do Sul foram agrupados por dimensões, conforme tabela infra.

Tabela 3 - Resultados do questionário da Modalidade Restrita, por dimensão

1-Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3-Concordo; 4- Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS – Não Sei; NA-Não se aplica

Dimensão	% Médias					
	4	3	2	1	NS	NA
1- Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) – 17 itens	58,8	25,2	10,9	3,4	0,8	0,8
2- Outros princípios fundamentais de direitos da criança –8 itens	55,4	37,5	3,6	1,8	0	1,8
3- Sobre a Liderança – 18 itens	45,2	27,8	11,1	4,8	4,8	6,4
4- Planeamento e Avaliação –16 itens	37,5	31,3	5,4	4,5	4,5	17
5- Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo–16 itens	66,9	26,8	4,5	0	0	1,8
6- Desenvolvimento e Capacitação dos Membros –7 itens	38,8	28,6	18,4	4,1	4,1	6,1
7- Recursos Humanos e Logísticos –7 itens	34,7	26,5	18,4	20,4	0	0

De acordo com a tabela, pode afirmar-se que a perceção dos Comissários da Modalidade Restrita da CPCJ de São Pedro do Sul é bastante positiva quanto ao modo de funcionamento da mesma, sendo que as sete dimensões obtiveram uma valoração conjunta de “Concordo” e “Concordo inteiramente” entreos 61,2% da dimensão 7 (Recursos humanos e logísticos) e os 93,7% da dimensão 5 (Eficácia da intervenção junto das crianças e jovens em risco/perigo).

Pese embora a valorização positiva, é de ressaltar que as sete dimensões registaram igualmente uma valorização negativa (“Discordo” e “Discordo totalmente”), destacando-se a este nível as dimensões mais significativas, a saber: 7 - Recursos Humanos e Logísticos (38,8 %); 6 – Desenvolvimento e capacitação dos membros (22,5%); 3 – Sobre a Liderança (15,9%) e 1 – Princípios Orientadores da Intervenção (17,3%). Note-se ainda que a valoração “Não Sei” e “Não se aplica” teve uma expressão significativa (21,5 %) na dimensão 4 (Planeamento e avaliação), resultado este que surge, em grande parte, pela inexistência de um processo formal de avaliação da liderança e do desempenho. Por fim, registam-se 11,6% e 10,2% nas dimensões 3 (Sobre a liderança) e 6 (Desenvolvimento e capacitação dos membros), respetivamente. Posto isto, refira-se que estas dimensões merecem, portanto, uma atenção especial.

Dando cumprimento a uma avaliação mais pormenorizada de cada dimensão, procedeu-se à identificação dos itens com valorização mais concordante (“Concordo” e “Concordo inteiramente”) e dos itens com valorização mais discordante ou desconhecida (“Discordo completamente”, “Discordo”, “Não Sei” e “Não se aplica”).

Tabela 4 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 1- Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)

Questionário modalidade restrita – Dimensão Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Eu informo todas as crianças/jovens sobre a possibilidade de colocar questões e providencio respostas às suas dúvidas, de modo a que a criança/jovem compreenda	100	Eu informo todas as crianças/jovens por escrito sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa	42,9
	As crianças/jovens participam ativamente no processo de tomada de decisão. Quando a decisão final é contrária ao desejo da criança/jovem, eu explico-lhes o porque da tomada dessa decisão e não aquela que a criança/jovem preferia	100	Eu conheço os critérios da CPCJ para implementar audição e participação das crianças e jovens.	42,9
	A partir dos 12 anos de idade ou de acordo com a sua maturidade e capacidades, eu peço sempre a declaração de não oposição/oposição por escrito a todas as crianças/jovens	100	Eu não tenho dificuldade em aplicar os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens, na minha intervenção direta, junto das crianças e jovens	42,9
	Eu informo todas as crianças/jovens oralmente sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa	100	Eu dou informação por escrito a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão	42,9
	Eu informo todos os pais/mães ou representantes legais oralmente sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa.	100	Eu recebi informação escrita sobre os princípios orientadores da intervenção da CPCJ quando me juntei à equipa	28,6

Da tabela supra, assinala-se a preocupação dos Comissários em informar a criança/jovem, pais/mães ou representantes legais de todos os aspetos que dizem respeito ao processo de promoção e proteção, nomeadamente os direitos, o motivo da intervenção e a forma como esta se processa, permitindo o esclarecimento de dúvidas e proporcionando uma participação ativa no processo de tomada de decisão. Todavia, verifica-se que tal informação é transmitida apenas oralmente, pelo que destaca-se a importância de proceder à transmissão de informação relevante por escrito.

O mesmo se pode aferir em relação à informação que é transmitida a novos membros da equipa, isto é, seria benéfico que a informação sobre os procedimentos e princípios orientadores da CPCJ fosse agregada por escrito e entregue a cada membro aquando da sua integração.

Importa ainda ressaltar as dificuldades sentidas no que à audição da criança/jovem diz respeito, pelo que é um aspeto a aperfeiçoar.

Tabela 5 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 2- Outros princípios fundamentais de direitos da criança

Questionário modalidade restrita – Dimensão outros princípios fundamentais de direitos da criança	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Todos os contactos e comunicações com crianças/jovens são feitos, por mim, no respeito pela sua privacidade e dignidade	100	Considero que a localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitam de acesso aos seus serviços/atendimento	28,6
	Sei que a CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias	100	Acho que a CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços junto da população infantil/juvenil	14,3
	No relacionamento direto com as crianças/jovens tenho uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual ou outro estatuto	100	Em cada caso individual, eu procuro dar oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluindo a sua satisfação acerca da atitude das/os profissionais, atendimento e outras	14,3
	Conheço os grupos que a CPCJ procura identificar como sendo os mais vulneráveis ao nível do concelho	100		
	Proponho medidas para cada criança que têm ou não apenas um carácter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar numa perspetiva holística.	100		

Pela tabela 5, constata-se uma perceção muito favorável no que se refere às competências pessoais, relacionais e profissionais da equipa, nomeadamente no respeito pela individualidade, privacidade e dignidade da criança/jovem, promovendo uma atitude inclusiva independentemente do contexto económico, cultural ou outro. De igual modo, salienta-se a adoção, não só de medidas carácter protetivo, mas igualmente de medidas preventivas com vista à promoção do bem-estar e desenvolvimento integral da criança e jovem.

Dar conta ainda da valoração positiva quanto ao conhecimento por parte da CPCJ dos grupos mais vulneráveis e quanto à disseminação de informação e de sensibilização junto da comunidade acerca dos direitos da criança/jovem.

A um nível mais desfavorável é de realçar a limitação de horário da CPCJ e a localização das suas instalações, bem como, a escassa disseminação de informação acerca da CPCJ e o facto de não ser dada às crianças/jovem a oportunidade de expressar, oralmente ou por escrito, a sua opinião sobre os serviços providenciados pela CPCJ e sobre a conduta dos profissionais em questão.

Tabela 6 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 3- Sobre a Liderança

Questionário modalidade restrita – Dimensão outros princípios fundamentais de direitos da criança	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Todos os contactos e comunicações com crianças/jovens são feitos, por mim, no respeito pela sua privacidade e dignidade	100	Considero que a localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitam de acesso aos seus serviços/atendimento	28,6
	Sei que a CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias	100	Acho que a CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços junto da população infantil/juvenil	14,3
	No relacionamento direto com as crianças/jovens tenho uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual ou outro estatuto	100	Em cada caso individual, eu procuro dar oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluindo a sua satisfação acerca da atitude das/os profissionais, atendimento e outras	14,3
	Conheço os grupos que a CPCJ procura identificar como sendo os mais vulneráveis ao nível do concelho	100		
	Proponho medidas para cada criança que têm ou não apenas um carácter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar numa perspetiva holística.	100		

Através da observação da tabela supra, constata-se que os Comissários revelam uma perceção positiva acerca da Liderança, reconhecendo o comprometimento, os conhecimentos e competências técnicas do seu líder, bem como, o empenho do mesmo em integrar e promover a participação ativa de toda a equipa e a impulsionar o reconhecimento da CPCJ junto de toda a comunidade.

Por outro lado, há a registar a falta de conhecimento de um processo formal de avaliação de desempenho da liderança do Presidente e a indicação de não delegação de competências como os itens mais cotados negativamente. Constata-se, também, que não são frequentemente discutidas as avaliações com cada técnico nem as estratégias de trabalho e os progressos almejados.

Por último, refira-se ainda a perceção significativa de que o tempo disponibilizado por parte do Presidente é insuficiente para o necessário desenvolvimento da ação da CPCJ.

Tabela 7 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 4- Planeamento e Avaliação

Questionário modalidade restrita — Dimensão Planeamento e Avaliação	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Conheço os planos anuais de atividades da CPCJ	100	Sei que o trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados/ formados para esse propósito	85,8
	Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação incluídos no plano	100	Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal das perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	71,5
	Eu participo na elaboração do plano anual	100	Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	57,2
	Sei que o plano anual de atividades é monitorizado semestralmente	100	Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	42,9
	Sei que a CPCJ efetua um diagnóstico em matéria de infância e juventude	100	Enquanto profissional que lido diariamente com crianças/jovens sou avaliada/o, tendo em conta as minhas competências e desempenho	42,9

Quanto ao planeamento e avaliação, apura-se que a CPCJ de São Pedro do Sul procede anualmente a um planeamento da sua estratégia e ação, com a definição das atividades a desenvolver que advêm de um diagnóstico prévio em matéria de infância e juventude. Tal plano conta com a colaboração efetiva de todos os elementos da Modalidade Restrita, que procedem ainda à importante monitorização e avaliação semestral dos progressos, com vista a redefinir, se necessário, os passos subsequentes.

Todavia, regista-se com grande relevância a ausência de formação/especialização dos elementos para a concretização de tal planeamento e avaliação, assim como, a inexistência de um processo formal de avaliação de desempenho dos técnicos que exercem funções na CPCJ. Ressalva-se que estes profissionais são Representantes de entidades locais, ficando essa avaliação formal de desempenho a cargo dos serviços de origem.

Mais ainda se assinala que o planeamento e avaliação do plano de ação local e do plano anual de atividades não contempla uma participação formal quer das famílias, das crianças e jovens quer das entidades da comunidade.

Tabela 8 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 5- Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo

Questionário modalidade restrita – Dimensão Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Considero que todas as crianças/jovens têm um gestor/a de caso	100	Considero que o tempo entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem em risco/perigo é sempre adequado às suas necessidades individuais	14,3
	Sei que cada gestor/a de caso é efetivamente apresentado/a como tal às crianças, jovens e suas famílias	100	Considero que em todos os processos em que trabalho, é garantida a não-revitimação das crianças/jovens	14,3
	Atuo no sentido de, independentemente da situação da criança/jovem, esta nunca ser entrevistada múltiplas vezes para o mesmo propósito e por profissionais diferentes	100	Integro uma equipa que tem um carácter verdadeiramente multidisciplinar	14,3
	Quando faço a avaliação da situação de cada criança/jovem contemplo os fatores de risco do ambiente social/familiar, bem como, os fatores de proteção e resiliência (individuais, na família e na comunidade)	100	Conheço os recursos locais existentes que podem facilitar o acesso a alojamento de emergência para crianças/jovens que assim necessitam	14,3
	Enquanto elemento da CPCJ colaboro com a rede local de apoio às crianças (centro de saúde, escola, ATLS, clubes desportivos, etc.)	100	De um modo geral, eu sinto que a CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz, de qualidade e no respeito pelos direitos de todas as crianças/jovens	14,3

Os valores apresentados sobre a eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo representam uma perceção claramente favorável, uma vez que a ação é focada no superior interesse da criança e jovem. Tal deriva da efetivação de um acompanhamento personalizado por parte do gestor de caso e do primor em não submeter a criança/jovem a múltiplas audições, garantindo assim o princípio da intervenção mínima. Existe ainda a referência à estreita colaboração com as entidades de primeira linha, isto é, entidades com competência em matéria de infância e juventude.

Não obstante uma valoração global positiva, assinala-se, ainda que com valores residuais, a perceção de que o tempo decorrido entre a sinalização e a avaliação da situação da criança/jovem em risco/perigo nem sempre é o mais adequado, não se proporcionando integralmente todas as condições necessárias para uma intervenção eficaz e atempada. Para este facto, em muito contribui o relativo desconhecimento dos Comissários quanto aos principais recursos locais existentes para a execução das medidas de promoção e proteção, bem como, a necessidade de uma equipa efetivamente multidisciplinar que dê resposta às necessidades.

Tabela 9 -Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 6- Desenvolvimento e Capacitação dos Membros

Questionário modalidade restrita – Dimensão Desenvolvimento e Capacitação dos Membros	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Eu frequentei formação inicial para o exercício das minhas funções	85,8	Desde que iniciei a minha colaboração com a CPCJ, todos os anos tem sido efetuado um diagnóstico de necessidades de formação e definido um plano de formação continua para todos os membros	57,2
	Eu já frequentei ações de formação continua para o exercício das minhas funções	71,5	Eu tenho formação especializada sobre direitos das crianças	57,2
	Sei que os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ	100	Sei que a CPCJ faz uso de consultoria externo no âmbito das suas competências/atribuições/ações	57,2
	A minha prática profissional tem beneficiado da colaboração e partilha de boas práticas com outras CPCJ	85,7		

Em conformidade com os dados apurados, pode afirmar-se que os Comissários valorizam o facto de efetuarem formação inicial e contínua para o exercício de funções na CPCJ de São Pedro do Sul, apesar de constatarem a necessidade de um diagnóstico de necessidades de formação que vá ao encontro da definição de um plano anual de formação ajustado e que promova uma formação especializada sobre os direitos das crianças.

Como positivo, aponta-se ainda o auxílio recebido por parte de elementos mais experientes e a cooperação/ partilha mútua entre CPCJ's.

Há a registar também o significativo desconhecimento do recurso da CPCJ a consultoria externa no âmbito das suas competências/atribuições/ações.

Tabela 10 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 7- Recursos Humanos e Logísticos

Questionário modalidade restrita – Dimensão Desenvolvimento e Capacitação dos Membros	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Considero que tenho o perfil humano (temperamento, motivação, etc.) e técnico (formação, experiência, etc.) adequado ao tipo de trabalho que desenvolvo na CPCJ	100	Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das crianças/jovens (amigos das crianças – “childfriendly”)	57,2
	Acho que existe espaço físico adequado e confortável para as/os profissionais	57,2	Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das famílias	42,9
	Sinto que existem condições de garantia de segurança	57,2	Face ao volume e complexidade do meu trabalho da CPCJ disponho do	42,9

	para o desenvolvimento do trabalho		tempo necessário para o seu desenvolvimento	
	Considero que a CPCJ promove iniciativas com vista à prevenção do burnout e outros riscos psicossociais e à de promoção do meu bem-estar	57,2		

Nesta última dimensão do questionário relativo à Modalidade Restrita, aferem-se percepções favoráveis quanto ao perfil pessoal e técnico dos Comissários, ao espaço físico apropriado e promotor de condições de segurança e de conforto para os profissionais, bem como, à fomentação de iniciativas com vista à promoção do bem-estar dos mesmos.

Por seu turno, o espaço físico necessário para o atendimento das crianças/jovens e suas famílias revela uma percepção desfavorável, não sendo “*childfriendly*”, para além de que o tempo que os Comissários dispõem para desenvolver as suas funções e tarefas é marcadamente insuficiente.

3.3. Perspetiva da Modalidade Alargada

No que à Modalidade Alargada diz respeito, apresentam-se em seguida os resultados globais auferidos, através da aplicação do questionário aos 5 Elementos que participaram.

Tabela 11 – Resultados do questionário da Modalidade Alargada, por dimensão ^{1-Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3-Concordo; 4- Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS – Não Sei; NA-Não se aplica}

Dimensão	% Médias					
	4	3	2	1	NS	NA
1- Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ – 6 itens	46,7	43,3	10	0	0	0
2- Composição e estrutura da CPCJ –6 itens	46,7	33,3	10	0	3,3	6,7
3- Funcionamento da CPCJ – 8 itens	55	37,5	7,5	0	0	0
4- Sobre a liderança –14 itens	52,9	15,7	5,7	0	25,7	0

O autodiagnóstico efetuado pelos elementos da Modalidade Alargada da CPCJ de São Pedro do Sul é, na globalidade das dimensões, bastante otimista. Em termos médios, as quatro dimensões obtiveram uma valorização concorde (“Concordo inteiramente” e “Concordo”) a rondar os 68,6% da dimensão 4 (Sobre a liderança) e os 92,5% da dimensão 3 (Funcionamento da CPCJ)

Pese embora a valorização positiva, importa registar que as quatro dimensões registaram uma ligeira valorização negativa (“Discordo” e “Discordo completamente”) entre os 5,7% da

dimensão 4 (Sobre a liderança) e os 10% das dimensões 1 (Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ) e 2 (Composição e estrutura da CPCJ). Saliente-se que esta última dimensão regista ainda 10% de “Não sei” e “Não se aplica”.

Por fim, note-se o registo de um desconhecimento (“Não sei”) considerável na dimensão 4 (Sobre a liderança) com uma pontuação 25,7%.

Seguidamente são expostos os dados mais relevantes por cada dimensão, com vista a uma avaliação mais detalhada dos itens com maior valorização concordante/positiva e dos itens com maior valorização discordante/negativa/desconhecida.

Tabela 12 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 1- Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ

Questionário modalidade alargada – Dimensão Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	100	Tenho conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças	40
	Quando entrei para a CPCJ tive imediatamente conhecimento da sua missão e visão	100	A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros	20
	Conheço a legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ	100		
	Conheço os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)	100		

Da tabela supra, assenta-se que os Comissários da Modalidade Alargada identificam-se quanto à visão e missão da CPCJ de São Pedro do Sul, sentindo-se parte integrante da mesma e possuem os conhecimentos apropriados, desde logo ao nível da legislação, para o exercício das suas funções.

Não obstante, importa ressaltar desconhecimento da política interna sobre a proteção das crianças e dúvidas quanto à assimilação da missão e visão da CPCJ por parte de todos os elementos.

Tabela 13 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 2- Composição e estrutura da CPCJ

Questionário modalidade alargada – Dimensão Composição e Estrutura da CPCJ	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Sei que a composição da modalidade alargada da CPCJ obedece ao artigo 17º da Lei 147/99	100	Enquanto membro da modalidade alargada cumprio com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho	60
	Enquanto membro da modalidade alargada tenho conhecimento das minhas competências/funções na	100	Sei que os membros da modalidade alargada cumprem com a afetação mínima de 8h	60

	CPCJ		mensais, realizadas em período normal de trabalho	
	Tenho conhecimento do regulamento interno que foi aprovado pela Comissão/Modalidade alargada	100		
	Sei que o Regulamento interno da CPCJ foi elaborado a partir do regulamento-tipo da CNPDPCJ	100		

Em conformidade com os dados apurados, os Comissários que participaram no questionário denotam um conhecimento generalizado da Lei n.º 147/99, na sua redação atual, nomeadamente no que se refere à composição da modalidade alargada e das funções/competências destes elementos na CPCJ. Os mesmos dados apontam ainda para a colaboração generalizada na elaboração e aprovação do regulamento interno.

Contudo, o conhecimento da lei não resulta no cumprimento da afetação mínima de oito horas mensais, para o efetivo trabalho em prol da Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens do concelho de São Pedro do Sul e da Prevenção de situações de abuso e de negligência infanto-juvenil.

Tabela 14 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 3Funcionamento da CPCJ

Questionário modalidade alargada – Dimensão Funcionamento da CPCJ	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Tenho conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	100	Tenho um papel atribuído no âmbito da planificação da atividade da CPCJ	40
	Cumpro com as funções na modalidade alargada, de acordo com o previsto no artigo 18º da Lei 147/99	100	Sinto-me livre para participar e expressar o meu parecer	20
	Participo na concretização de ações de prevenção	100		
	Participo com periodicidade mínima mensal nas reuniões da Comissão Alargada	100		
	Participo em grupos de trabalho para assuntos específicos	100		
	Articulo regularmente com todos os membros para a concretização das ações da CPCJ	100		

Relativamente ao Funcionamento da CPCJ de São Pedro do sul, permanece uma perceção favorável quanto aos procedimentos internos adotados, verificando-se que os Comissários cumprem as suas funções, com destaque para a concretização de ações de prevenção, para a participação em reuniões e grupos de trabalho e para a articulação interna entre os vários membros da CPCJ.

Não obstante, há que repensar o formato da planificação das atividades da CPCJ e o estilo de participação plena de todos os Comissários.

Tabela 15 - Itens com valorização positiva e negativa da dimensão 4-Sobre a liderança

Questionário modalidade alargada – Dimensão Sobre a Liderança	Itens com valorização concordante/positiva	%	Itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Reconheço a/o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ	100	Considero que a/o Presidente comunica de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista	40
	Conheço as orientações comunicadas pela/o Presidente e considero claras tais orientações	100	Considero que a/o Presidente consegue mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros	40
	Considero que a/o Presidente planeia as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente	80	Considero que o/a Presidente possui competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros.	40
	Considero que a/o Presidente possui formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ	80	Considero que a/o Presidente está empenhada/o em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	40
	Considero que a/o Presidente promove uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz.	60		

No que se refere à dimensão da Liderança, é possível afirmar que o Presidente é percecionado como comprometido, disponível e competente, no sentido em que organiza e planeia o trabalho a desenvolver, fornecendo indicações claras e concisas aos Comissários.

Em jeito de reflexão para uma melhoria contínua, há a destacar o estilo de comunicação, negociação e resolução de conflitos, com a necessidade de promover uma escuta ativa de toda a equipa, bem como, a mobilização de todos e a distribuição equitativa de tarefas a fim de promover o sentimento de pertença dos Comissários.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Perante os dados analisados anteriormente, pode concluir-se que o processo de autodiagnóstico elaborado pela maioria dos Comissários da CPCJ de São Pedro do Sul afigura-se bastante contundente para uma perceção global do funcionamento desta Comissão.

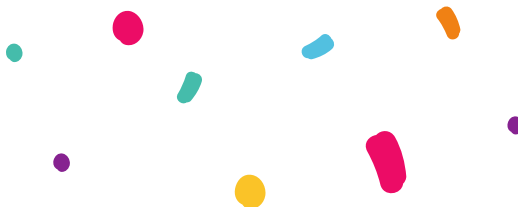


Genericamente, o parecer obtido na análise *SWOT* e nos questionários da Presidência, da Modalidade Restrita e da Alargada é suficientemente consistente, com propensão para uma valoração essencialmente positiva.

Deste modo, o modelo e a dinâmica de funcionamento da CPCJ de São Pedro do Sul configuram o necessário para o adequado desenvolvimento das funções exercidas, contando com profissionais habilitados detentores de competências pessoais e técnicas que proporcionam uma intervenção eficiente junto das crianças/jovens e suas famílias.

Naturalmente que subsistem constrangimentos e lacunas que deverão ser alvo de observação mais cuidada, como mote para uma melhoria contínua, nomeadamente quanto ao estilo de liderança, quanto à audição e participação efetiva das crianças/jovens e suas famílias, quanto aos tempos de afetação dos Comissários e quanto aos procedimentos internos no que diz respeito aos princípios orientadores e à eficácia das intervenções.

Em suma, aponta-se que os dados examinados permitirão definir as principais linhas de orientação estratégica, a constar no Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e Jovem (PLPPDCJ).



DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

DIAGNÓSTICO LOCAL DA REALIDADE INFANTOJUVENIL

1. DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS

O concelho de São Pedro do Sul é constituído por 15 137 habitantes (2021), pertence ao Distrito de Viseu e localiza-se na região centro, na NUT III - Dão-Lafões (Figura 1).

Figura 1.

Divisão territorial da região: NUTS III e Municípios

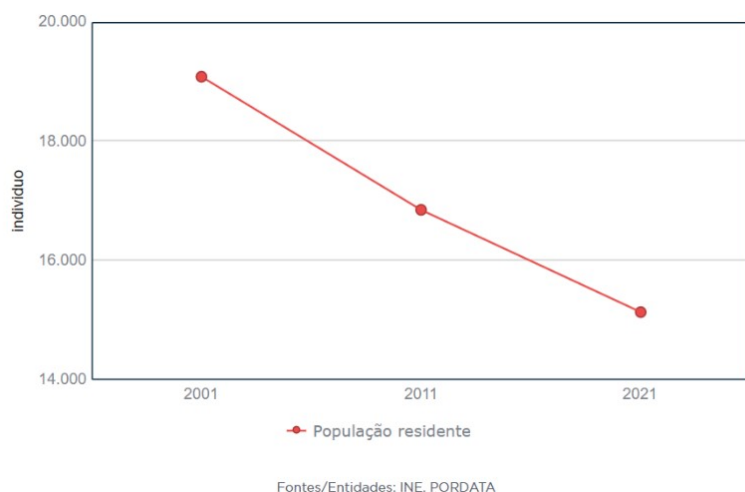


Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Ao longo dos últimos três momentos censitários, a dinâmica demográfica do concelho de São Pedro do Sul é marcada pelo declínio populacional, tendo a população residente passado de 19.083 habitantes em 2001, para 15.137 habitantes em 2021 (Figura 2).

Figura 2.

População residente no concelho de São Pedro do Sul.



No período em estudo, a percentagem de mulheres e homens não variou significativamente, sendo que a percentagem das mulheres sempre foi superior à dos homens, com 52.8% e 47.2%, respetivamente, no ano de 2021.

Relativamente à população residente infantil e juvenil até aos 15 anos, observamos que esta população tem vindo a diminuir, no período em estudo. As crianças e jovens residentes no Concelho de São Pedro do Sul, em 2001, representavam 15.1% da população residente e em 2021, representam 9.8% da população residente (Tabela 16). Relativamente à população residente idosa, observamos um acentuado envelhecimento populacional, sendo que a população residente idosa representava, em 2001, 23% e, em 2021, representa 32.8% (Tabela 16 e Figura 3). O índice de envelhecimento tem tido um aumento abrupto, no período em estudo.

Tabela 16.

População residente infantil e juvenil até aos 19 anos no concelho de São Pedro do Sul.

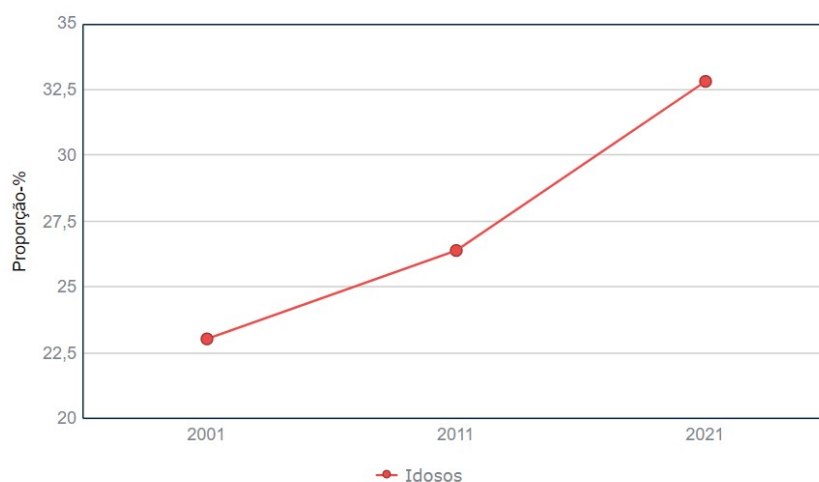
	2001	2011	2021
	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul
Mulheres (%)	52,0	53,2	52,8
Homens (%)	48,0	46,8	47,2
Jovens (%) menos de 15 anos	15,1	12,7	9,8
Idosos (%) 65 e mais anos	23,0	26,4	32,8
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens	153,1	207,4	333,6

Fontes de Dados: INE

Fonte: PORDATA

Figura 3.

População residente idosa no concelho de São Pedro do Sul.

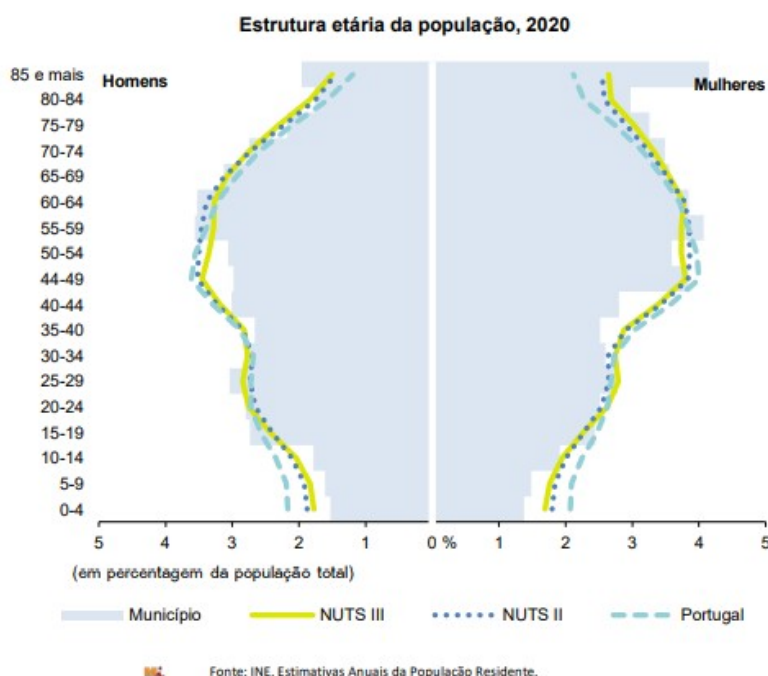


Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Posto estas informações sobre a população residente infantil e juvenil e a população residente idosa, segue-se a estrutura etária da população do concelho de São Pedro do Sul, em 2020 (Figura 4). A partir da figura observa-se que a população tenderá a diminuir a partir da sua tendência para o envelhecimento, pois a população de crianças e jovens é inferior à população de adultos e idosos.

Figura 4.

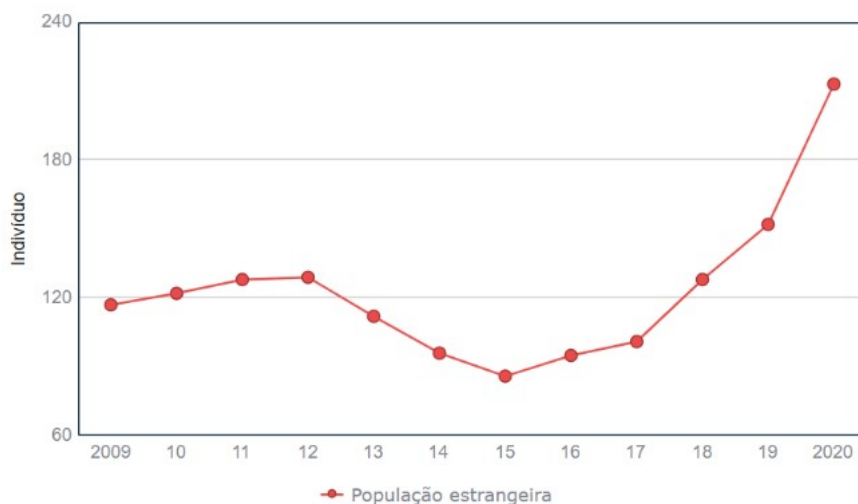
Estrutura etária da população do concelho de São Pedro do Sul, em 2020.



O concelho de São Pedro do Sul tem funcionado como uma escolha da população estrangeira para residir. Os números de cidadãos estrangeiros que residem neste concelho tem vindo a aumentar desde 2009 (Figura 5). Relativamente à nacionalidade da população estrangeira residente é notória a nacionalidade brasileira (Figura 6). Quanto ao sexo da população estrangeira residente, tanto os cidadãos femininos como masculinos têm vindo a aumentar desde 2008, e não há uma diferença significativa quando ambos comparados (Figura 7).

Figura 5.

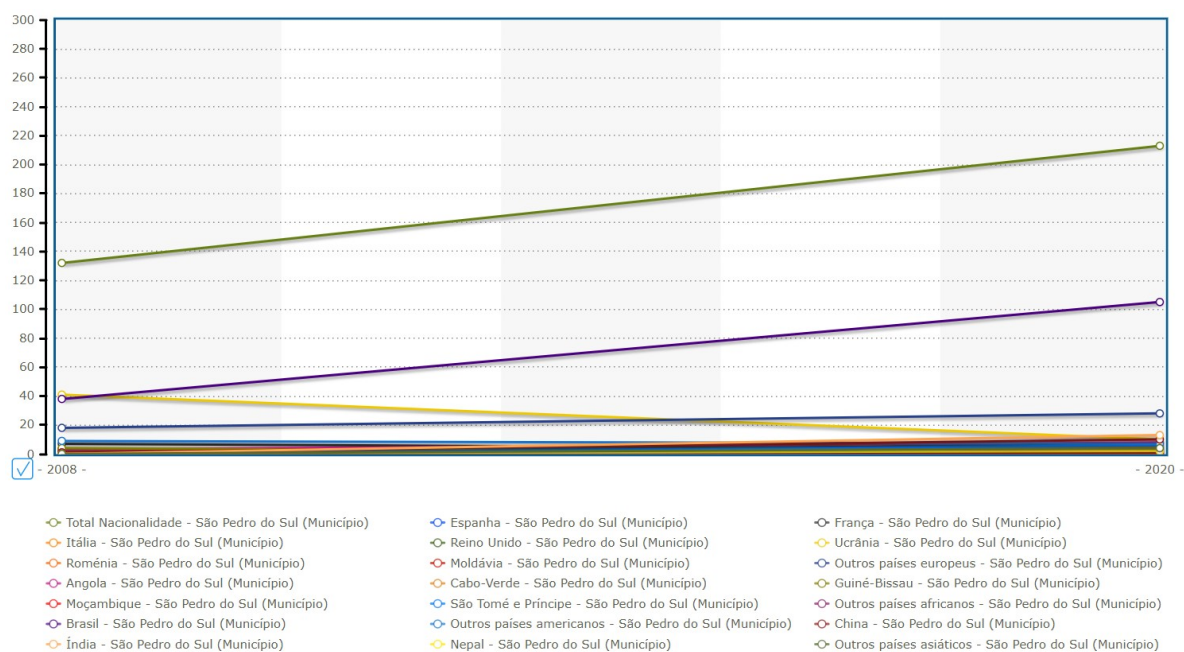
População estrangeira residente no concelho de São Pedro do Sul.



Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA

Figura 6.

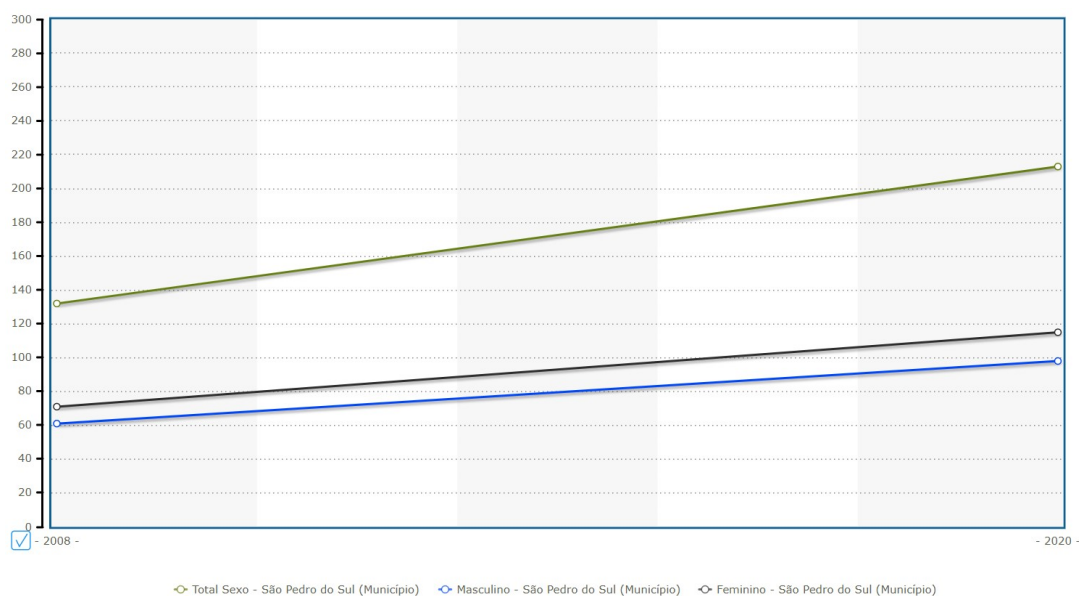
População estrangeira residente no concelho de São Pedro do Sul: total e algumas nacionalidades.



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Figura 7.

População estrangeira residente no concelho de São Pedro do Sul: total e por sexo.

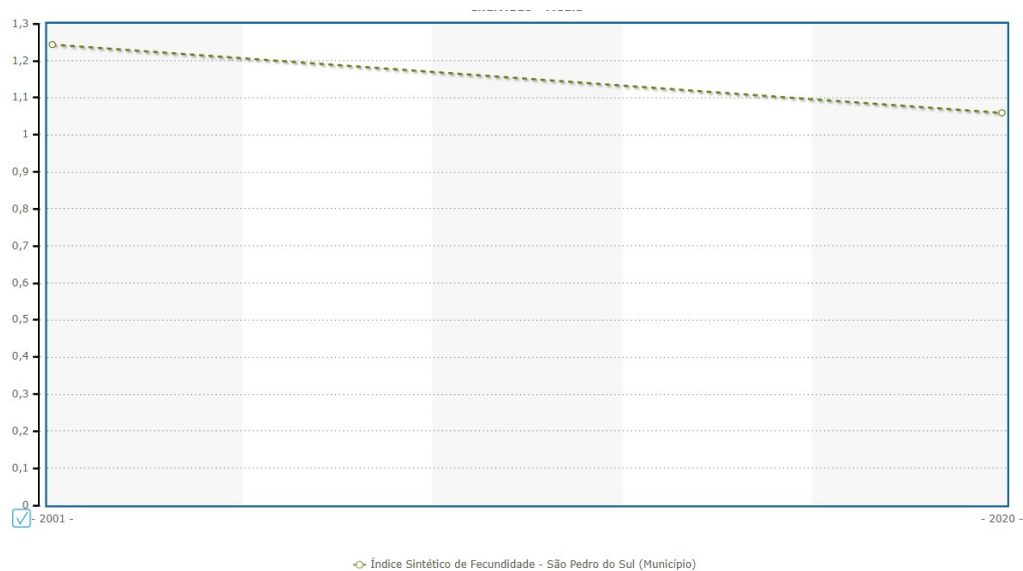


Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Passando à temática das famílias, o número médio de filhos por mulher em idade fértil no concelho de São Pedro do Sul é 1.06, em 2020. Este número tem vindo a diminuir, desde 2001, cujo valor era 1.24 (Figura 8). O número de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos foi de 28, em 2020. Abaixo dos 35 anos, em 2020, foi de 56.

Figura 8.

Índice sintético de fecundidade do concelho de São Pedro do Sul.



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Em São Pedro do Sul, nasceram 80 bebés de mãe portuguesa e 4 bebés de mãe estrangeira (Figura 9).

Figura 9.

Nados-vivos de mães residentes no concelho de São Pedro do Sul: total e por nacionalidade da mãe.

Territórios	Nacionalidade da mãe			
	Total	Portuguesa	Estrangeira	Outros casos
Anos	2020	2020	2020	2020
São Pedro do Sul	84	80	4	0

Nados-vivos de mães residentes em Portugal:
 total e por nacionalidade da mãe
 Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Nados-Vivos
 Fonte: PORDATA
 Última actualização: 2021-07-21

No concelho de São Pedro do Sul existem 6.407 famílias, em 2011, sendo que a mancha maior pertence às famílias com 3-5 indivíduos (2.774 famílias) e a mancha menor corresponde às famílias com 6+ indivíduos, cujo valor é 138 famílias (o que corresponde a 2.15% do total) (Figura 10). No mesmo ano, existiam 5.204 núcleos familiares no concelho (Figura 11).

Figura 10.

Famílias clássicas segundo os Censos 2011 do concelho de São Pedro do Sul: total e por número de indivíduos.

Territórios	Famílias clássicas por número de indivíduos				
	Total	1	2	3-5	6+
Anos	2011	2011	2011	2011	2011
São Pedro do Sul	6.407	1.310	2.185	2.774	138

Famílias clássicas segundo os Censos: total e por número de indivíduos
 Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População
 Fonte: PORDATA
 Última actualização: 2021-12-16

Figura 11.

Núcleos familiares (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) do concelho de São Pedro do Sul.

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Núcleos familiares (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Dimensão (núcleo familiar) e Tipo de família clássica (Com base nos núcleos familiares - Censos 2011); Decenal	
		Dimensão (núcleo familiar)	Tipo de família clássica (Com base nos núcleos familiares - Censos 2011)
2011	São Pedro do Sul	Total	N.º
		5 204	

Núcleos familiares (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Dimensão (núcleo familiar) e Tipo de família clássica (Com base nos núcleos familiares - Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

Fontes de Dados: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Quanto às famílias clássicas, existem 10 famílias cujo representante da família tem menos de 20 anos, o que corresponde a 0.16% do total (Figura 12).

Figura 12.

Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Grupo etário (representante da família clássica) do concelho de São Pedro do Sul.

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo (representante da família clássica), Grupo etário (representante da família clássica) e Estado civil (representante da família clássica); Decenal	
		Sexo (representante da família clássica)	
		HM	
		Grupo etário (representante da família clássica)	
		Total	Menos de 20 anos
		Estado civil (representante da família clássica)	
		Total	
		N.º	N.º
2011	São Pedro do Sul	6 407	10

Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo (representante da família clássica), Grupo etário (representante da família clássica) e Estado civil (representante da família clássica); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

Fontes de Dados: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Do total das famílias clássicas, existem 564 famílias monoparentais, o que corresponde a 8.8% do total. A esmagadora maioria das famílias monoparentais é constituída por mãe com filhos (491 famílias). A percentagem de famílias monoparentais cujo responsável é uma mulher no total das famílias monoparentais é 87.1% (Figura 13).

Figura 13.

Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Tipo de família clássica (Com base nos núcleos familiares - Censos 2011) do concelho de São Pedro do Sul.

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Grupo etário (representante da família clássica) e Tipo de família clássica (Com base nos núcleos familiares - Censos 2011); Decenal				
		Grupo etário (representante da família clássica)				
		Total				
		Tipo de família clássica (Com base nos núcleos familiares - Censos 2011)				
		Total	Pai com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Pai com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	Mãe com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Mãe com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
2011	São Pedro do Sul	6 407	37	36	240	251
Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Grupo etário (representante da família clássica) e Tipo de família clássica (Com base nos núcleos familiares - Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011						

Fontes de Dados: Instituto Nacional de Estatística (INE)

No concelho de São Pedro do Sul, em 2020, 38.1% de bebés nasceram fora do casamento com coabitação entre mãe e pai e 22.6% sem coabitação entre mãe e pai (Figura 14).

Figura 14.

Nados-vivos fora do casamento, com coabitação e sem coabitação dos pais (%), no concelho de São Pedro do Sul.

Proporção - %

		Nados-vivos fora do casamento		
Territórios		Total	Com coabitação dos pais	Sem coabitação dos pais
Anos		2020	2020	2020
São Pedro do Sul		60,7	38,1	22,6

Nados-vivos fora do casamento, com coabitação e sem coabitação dos pais (%)
 Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Nados-Vivos
 Fonte: PORDATA
 Última actualização: 2021-07-21

Síntese

É significativo o declínio populacional, observando-se um envelhecimento populacional, e uma diminuição a bruta de população infantil e juvenil. Perante a baixa da natalidade, seria relevante a implementação de medidas de incentivo e apoio à natalidade, bem como medidas de apoio à população idosa.

O concelho de São Pedro do Sul tem funcionado como uma escolha da população estrangeira para residir, sendo notória a nacionalidade brasileira. Alertamos para uma possível dificuldade de adaptação das crianças ao sistema escolar.

O número de famílias monoparentais deve funcionar como um sinal de alerta, sendo 564 famílias monoparentais e a esmagadora maioria das famílias monoparentais é constituída por mãe com

filhos. Assim, dever-se-á dar especial atenção à fragilidade que pode estar associada à monoparentalidade, pelo fator de risco que poderá eventualmente representar, no assegurar dos direitos das crianças e jovens. Estas famílias enfrentam maiores dificuldades de conciliação da vida familiar com a vida profissional e muitas vezes, dificuldades financeiras. Acresce ainda a tendência para o amadurecimento precoce das crianças e jovens e/ou o aumento da permissividade dos pais para com as crianças. Será necessário ter um cuidado especial com estas famílias, sem retirar a sua responsabilidade parental. Seria interessante implementar medidas de apoio e criar grupos de apoio e partilha para famílias monoparentais.

2. AS CRIANÇAS E O DIREITO À SOBREVIVÊNCIA

Ao abordar a população empregada no concelho de São Pedro do Sul, percebe-se que, no período de 2009 para 2019, existe uma diminuição de população empregada em qualquer situação profissional (Tabela 17). Esta tendência também é notória, tanto no sexo masculino como no sexo feminino (Tabela 18 e Tabela 19). A situação profissional mais prevalente, em ambos os sexos, é “trabalhador por conta de outrem” (Tabela 18 e Tabela 19).

Tabela 17.

Pessoal ao serviço nas empresas por situação na profissão, no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios		Situação na profissão									
		Total		Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Município	São Pedro do Sul	3 020	2 802	327	269	2	„	2	0	2 674	2 517

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Fonte: PORDATA

Tabela 18.

Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas por situação na profissão, no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios		Situação na profissão									
		Total		Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Município	São	1	1	239	197	1	„	1	0	1	1
	Pedro do	491	368							239	158
	Sul										

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Fonte: PORDATA

Tabela 19.

Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas por situação na profissão, no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios	Situação na profissão
-------------	-----------------------

		Total		Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Município	São	1	1	88	72	1	0	1	0	1	1
	Pedro do	529	434							435	359
	Sul										

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Fonte: PORDATA

Pela tabela 20, observa-se que o ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios, é maior no sexo masculino do que no sexo feminino, em qualquer setor de atividade económica (Tabela 21 e Tabela 22). Esta assunção também se constata em períodos anteriores, como 2009. Ressalta-se o aumento do ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios, de 2009 para 2019. Em 2019, o setor de atividade económica com maior ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios é os serviços e o menor é a agricultura produção animal, caça, silvicultura e pesca, para ambos os sexos (Tabela 21 e Tabela 22).

Tabela 20.

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho de São Pedro do Sul: total e por sexo.

Territórios		Sexo					
		Total		Masculino		Feminino	
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2019	2009	2019	2009	2019

Município	São Pedro do Sul	701,4	837,6	756,2	902,4	658,4	782,6
-----------	------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Fonte: PORDATA

Tabela 21.

Ganho médio mensal dos trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem, no concelho de São Pedro do Sul: total e por sector de atividade económica.

Territórios		Sectores de atividade económica											
		Total		Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca		Indústria, construção, energia e água		Indústrias transformadoras		Construção		Serviços	
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Município	São Pedro do Sul	756,2	902,4	750,9	747,4	718,3	900,7	773,1	937,4	608,8	777,2	785,7	920,5

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Fonte: PORDATA

Tabela 22.

Ganho médio mensal dos trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem, no concelho de São Pedro do Sul: total e por sector de atividade económica.

Territórios		Sectores de atividade económica											
		Total		Agricultura , produção animal, caça, silvicultura e pesca		Indústria, construção , energia e água		Indústrias transformador as		Construção		Serviços	
Âmbito	Anos	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Geográfico													
Município	São Pedro do Sul	658,4	782,6	667,5	702,7	595,7	726,1	595,0	724,1	539,3	758,9	668,6	796,5

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Fonte: PORDATA

Segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., em 2021 o concelho de São Pedro do Sul tinha registado 596.3 desempregados, 230.7 homens e 365.7 mulheres. Em termos de comparação, a 2011 o número de desempregados registados era maior, com 672 (250 homens e 422 mulheres).

Tabela 23.

Número de Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo, no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios		Sexo								
		Total			Masculino			Feminino		
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Município	São Pedro do Sul	590,3	672,0	596,3	225,2	250,0	230,7	365,1	422,0	365,7

Fontes de Dados: IEPF/MTSSS-METD

Com base nas estatísticas da Segurança Social, o valor médio mensal do subsídio de desemprego é 539.67€, à data de 2018. Em 2008, o valor médio mensal era menor, de 523.56€.

Utilizando a mesma fonte, no distrito de Viseu, o número de famílias a beneficiar de Rendimento Social de Inserção era de 5.127, em 2018. Este número é menor quando comparado com número de famílias a beneficiar de Rendimento Social de Inserção, em 2008, 7.955. Em dezembro de 2018, o valor médio da prestação de RSI por família era de 254.49€, valor superior ao de dezembro de 2008, 206.48€. Em termos de sexo, em 2020 não houve nenhuma diferença entre homens e mulheres a beneficiarem de Rendimento Social de Inserção, já em 2010 houve uma

pequena diferença, sendo as mulheres as que mais estavam a beneficiar (Tabela 24). Também é visível a descida de pessoas a beneficiarem deste rendimento, de 2010 para 2020 (Tabela 24).

Tabela 24.

Número de Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo, no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios		Beneficiários do RMG e do RSI segundo o sexo					
		Total		Masculino		Feminino	
Âmbito Geográfico	Anos	2010	2020	2010	2020	2010	2020
Município	São Pedro do Sul	415	152	201	76	214	76

Fontes de Dados: II/MTSSS

Fonte: PORDATA

A partir da tabela 25, percebe-se que em 2020, o concelho de São Pedro Sul tinha 1.085 famílias com processamento de abono de família. Em 2010, o número era superior, com 1.791 famílias a receberem este apoio.

Tabela 25.

Número de famílias com Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados, no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios		Beneficiários		Descendentes ou equiparados	
Âmbito Geográfico	Anos	2010	2020	2010	2020
Município	São Pedro do Sul	1 791	1 085	2 597	1 730

Fontes de Dados: II/MTSSS

Fonte: PORDATA

A tabela 26, revela que, em 2020 no concelho de São Pedro do Sul, existiam 15 pessoas a receber o Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social, número acima quando comparado com 2010, 10 pessoas.

Tabela 26.

Número de pessoas a receber o subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social, no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios		Subsídio por assistência à 3ª pessoa	
Âmbito Geográfico	Anos	2010	2020
Município	São Pedro do Sul	15	15

Fontes de Dados: II/MTSSS

Fonte: PORDATA

Na tabela 27 percebe-se que o número de alojamentos teve uma subida significativa de 2001 (10.065) para 2021 (11.715), e não tanto de 2011 para 2021. A percentagem de alojamentos familiares clássicos, no período em estudo, é quase de 100%, o que significa que a percentagem de alojamentos familiares não clássicos, como barracas ou outros locais improvisados é residual. A percentagem dos alojamentos próprios é superior à percentagem dos alojamentos arrendados e outros casos, em qualquer ano em estudo. Quanto às rendas mensais, não existe termo de comparação entre anos. Nesta área é notório que a renda mensal que mais sobressai é a renda

mensal entre 200€ - 399,99€, com 66.7%, seguida da renda mensal entre 100€ - 199,99€, com 22.7%.

Tabela 27.

Número alojamentos e percentagens dos tipos de alojamentos e renda mensal por escalão de renda, no concelho de São Pedro do Sul.

	2001	2011	2021
	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul
Alojamentos	10 065	11 662	11 715
Alojamentos familiares clássicos (%) como moradias e apartamentos	99,4	99,2	99,9
Alojamentos coletivos (%) como hotéis, prisões, lares	0,2	0,8	0,1
Alojamentos ocupados (%)	90,1	87,9	85,4
Alojamentos próprios (%)	92,3	86,9	83,5
Alojamentos próprios com encargos de compra (%) alojamentos de residência habitual	11,0	18,5	82,0
Alojamentos arrendados e outros casos (%)	7,7	13,1	16,5
Renda mensal: <50€			
% alojamentos arrendados por - escalão de renda	-	-	3,1
Renda mensal: 50€ - 99,99€	-	-	2,7

% alojamentos arrendados por escalão de renda			
Renda mensal: 100€ - 199,99€			
% alojamentos arrendados por - escalão de renda	-	-	22,1
Renda mensal: 200€ - 399,99€			
% alojamentos arrendados por - escalão de renda	-	-	66,7
Renda mensal: 400€ - 649,99€			
% alojamentos arrendados por - escalão de renda	-	-	4,7
Renda mensal: 650€ - 999,99€			
% alojamentos arrendados por - escalão de renda	-	-	0,5
Renda mensal: >=1000€			
% alojamentos arrendados por - escalão de renda	-	-	0,3

Fontes de Dados: INE

Fonte: PORDATA

Passando para a taxa de mortalidade infantil, percebe-se que, a partir de Tabela 28, o concelho de São Pedro de Sul tem uma taxa de mortalidade infantil nula, claramente abaixo da taxa de mortalidade infantil de Portugal Continental.

Tabela 28.

Taxa de mortalidade infantil no concelho de São Pedro do Sul.

Territórios		Taxa de mortalidade infantil	
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2019

NUTS I	Continente	3,6	2,9
Município	São Pedro do Sul	0,0	0,0

Fontes de Dados: INE - Estatísticas de Óbitos

INE - Estatísticas de Nados-Vivos

Fonte: PORDATA

A partir do Instituto Nacional de Estatísticas, e considerando a região Centro, os censos de 2011 evidenciaram que 20.66% da população residente com 5 ou mais anos de idade da região Centro, declarou ter muita dificuldade, ou não consegue realizar, pelo menos, uma das 6 atividades diárias (Figura 15). A percentagem do sexo feminino nesta situação é superior à do sexo masculino, respetivamente 23.66% e 17.36%. A região Centro apresenta uma maior percentagem de população que revela dificuldades na realização das atividades diárias, quando comparada com a média nacional, que é de 17.79% (Figura 16). Na região Centro, o pódio das atividades com maior dificuldade é andar, seguida de ver e memória/concentração (Figura 16).

Figura 15.

Taxa de prevalência na população residente com 5 ou mais anos, na região Centro.

TAXA DE PREVALÊNCIA NA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 5 OU MAIS ANOS	2011		
	Total	H	M
População com 5 ou mais anos			
Centro	20,66	17,36	23,66
Portugal	17,79	14,67	20,62

Fonte de Dados: INE, Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Centro

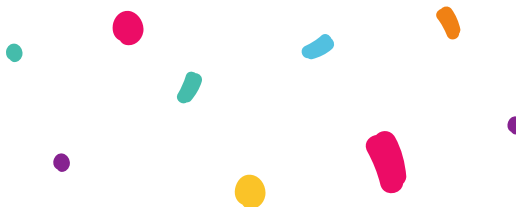
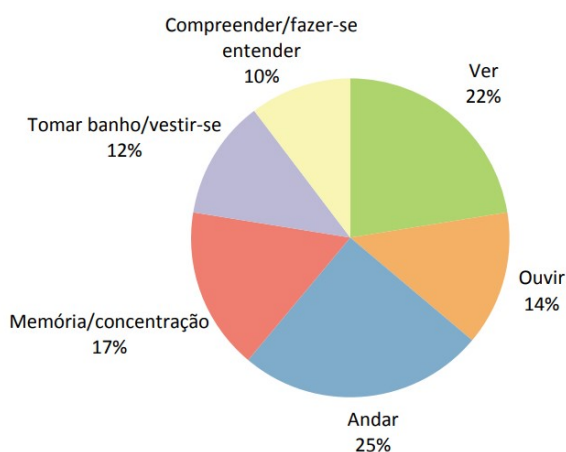


Figura 16.

Tipo de dificuldade na realização das atividades, na população residente com 5 ou mais anos, na região Centro.

TIPO DE DIFICULDADE
NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, 2011



Fonte de Dados: INE, Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Centro

Ao analisar o relatório, realizado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), que apresenta os resultados do “Estudo sobre os Consumos de álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências – 2015” dos alunos do ensino público com idades entre os 13 e 18 anos e tendo em consideração as comunidades intermunicipais (NUTS III), percebe-se que Viseu-Dão-Lafões destaca-se, pela negativa:

- no consumo de produtos de tabaco, com 18% de jovens a fumarem cigarros nos últimos doze meses;
- no consumo de substâncias psicoativas “ilícitas” (droga e “novas” substâncias psicoativas), com 11% de jovens a consumirem alguma substância psicoativa ilícita/droga nos últimos 12 meses (na NUTS III, o consumo nos últimos 12 meses variam entre 9% a 19%). A cannabis é a substância preferencial, com 11% dos jovens a consumirem-na nos últimos doze meses;
- no jogo a dinheiro na internet nos últimos dozes meses, nas redes sociais com 98% e nos jogos eletrónicos com 42%.

Caracterização das respostas do Serviço Nacional de Saúde em São Pedro do Sul

O Centro de Saúde de São Pedro do Sul está localizado na sede do concelho, sendo composto por diversas unidades de saúde:

- Unidade Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), com três extensões de saúde: Santa Cruz da Trapa, Pindelo dos Milagres e Sul;
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC);
- Serviço de Urgência Básica (SUB);
- Equipa Local da Unidade de Saúde Pública (USP).

Os profissionais de saúde aí presentes são os enumerados Na tabela 29, existe ainda a presença de um psicólogo, um nutricionista e um técnico superior de serviço social, ambos a tempo parcial.

Tabela 29:

Profissionais de saúde por unidade de saúde do Centro de Saúde de São Pedro do Sul

Unidade de Saúde	Profissionais de saúde
UCSP	• 11 médicos • 10 enfermeiros
UCC	• 3 enfermeiros
USP	• 1 médico • 1 enfermeiro* • 1 técnico de saúde ambiental
SUB	• 25 médicos** • 10 enfermeiros

• 8 técnicos de radiologia

*a tempo parcial; **em regime de rotatividade

Fonte: Centro de Saúde de São Pedro do Sul, Unidades de Saúde, a 03/03/2022

Segundo os dados do BI-CSP relativos a dezembro de 2021, os utentes inscritos na UCSP de São Pedro do Sul, perfaziam um total de 15945, dos quais apenas 127 se encontram sem médico de família.

Os principais problemas de saúde identificados são a alteração dos lípidos (39,00%), a hipertensão sem complicações (27,81%) e o excesso de peso (24,90%).

No sentido de dar resposta no âmbito da infância e juventude existem as consultas de Saúde Infantil e Juvenil efetuadas pela equipa de saúde familiar (médico e enfermeiro) da UCSP, a implementação de projetos de saúde escolar pela UCC e pela USP e intervenção comunitária pela UCC.

Podemos verificar, relativamente ao ano de 2021, que apesar do contexto pandémico o acompanhamento das crianças mais jovens foi elevado. Relativamente ao cumprimento do Programa Nacional de Vacinação (PNV) este é muito elevado o que protege as crianças, os jovens e a população em geral.

Tabela 30:

Indicadores de Saúde Infantil e Juvenil da UCSP São Pedro do Sul em dezembro 2021

Designação Indicador	Resultado
Proporção de recém-nascidos com pelo menos uma consulta médica de vigilância realizada até aos 28 dias de vida	87,671
Proporção de crianças com 7 anos, com peso e altura registados no intervalo [5; 7[anos	89,010
Proporção de jovens com 14 anos, com peso e altura registados no intervalo [11; 14[anos	59,821
Proporção de crianças com 2 anos, com PNV cumprido ou em execução	96,907
Proporção de crianças com 7 anos, com PNV cumprido ou em execução	97,777
Proporção de jovens com 14 anos, com PNV cumprido ou em execução	95,454

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/contratualizacao/idg/Paginas/default.aspx>

Relativamente à intervenção em saúde escolar esta ocorreu em cerca de 27% das turmas do parque escolar do concelho durante o ano letivo de 2020/2021. As principais áreas de intervenção em saúde escolar da UCC são: saúde mental, saúde sexual e reprodutiva e saúde oral.

A nível comunitário também se verifica uma intervenção substancial junto das crianças e jovens do concelho.

Tabela 31:

Indicadores de Saúde Infantil e Juvenil da UCC São Pedro do Sul em junho 2021

Designação Indicador	Resultado
Proporção de turmas abrangidas pelo Programa Nacional de Saúde Escolar	27,381
Proporção de crianças e jovens com Necessidades de Saúde Especiais (NSE) que foram alvo de intervenção de enfermagem no âmbito da saúde escolar	90,243
Proporção de crianças e jovens com intervenção da UCC	58,873

Fonte: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/contratualizacao/idg/Paginas/default.aspx>

No Centro de Saúde existe ainda o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) que promove a sinalização e deteção precoce das situações de risco. Sendo a equipa constituída por um médico, um enfermeiro e um técnico superior de serviço social. No ano de 2020 foram sinalizadas e acompanhadas três crianças.

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) é operacionalizado a nível local no trabalho desenvolvido pela Equipa Local de Intervenção (ELI). Esta desenvolve um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança até aos 6 anos de idade, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, e na sua família.

A ELI é pluridisciplinar com base em parcerias institucionais envolvendo vários profissionais: educador de infância de ensino especial, psicólogo, técnico superior de serviço social e enfermeiros. Durante o ano de 2020, em São Pedro do Sul, 23 crianças foram acompanhadas.

Como respostas do Serviço Nacional de Saúde para a infância e juventude existe ainda, em Viseu, a consulta do adolescente do Centro Hospitalar Tondela Viseu e o gabinete CLICK, que é um gabinete de

prevenção seletiva e indicada no âmbito dos comportamentos de risco, nomeadamente o consumo de substâncias psicoativas e outros comportamentos aditivos.

Síntese

Com este capítulo podemos verificar que tem de continuar a realizar-se esforços para promover a igualdade de género no acesso e sucesso no emprego pois constata-se, por exemplo que o ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios, é maior no sexo masculino do que no sexo feminino, em qualquer setor de atividade económica e que existem mais pessoas do sexo feminino desempregadas do que pessoas do sexo masculino. Estas evidências também são preocupantes tendo em conta que, no capítulo anterior, evidenciou-se que nas famílias monoparentais prevalece a mãe com filhos a cargo e, neste capítulo, que, em 2008, o número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência na doença a descendentes menores ou deficientes era de 965, sendo que 913 eram do sexo feminino e 52 do sexo masculino.

Sendo São Pedro do Sul, um concelho onde prevalece a pequena exploração agrícola é de ter em conta o facto de ser o setor da agricultura produção animal, caça, silvicultura e pesca donde surge menos rentabilidade económica, podendo tornar insuficiente o sustento das famílias que se dedicam a estas atividades.

É alarmante perceber-se que, apesar de não ser especificamente dirigido ao concelho de São Pedro do Sul, a região Centro tem uma taxa superior da população residente com 5 ou mais anos de idade que declara ter muita dificuldade, ou não consegue realizar, pelo menos, uma das 6 atividades diárias (p. ex., andar, ver e concentração/memória), quando comparada com a taxa de Portugal. É necessário perceber aquilo que não está a ser feito ou provido para que estas dificuldades possam ser eliminadas.

Quanto aos dados fornecidos pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, que apresenta os resultados do “Estudo sobre os Consumos de álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências – 2015” dos alunos do ensino público com idades entre os 13 e 18 anos, alerta-nos para valores elevados na região Viseu-Dão-Lafões, no que concerne ao consumo de produtos de tabaco, ao consumo de substâncias psicoativas “ilícitas”, principalmente a cannabis e do vício pelo jogo na internet. Caberá, principalmente às

escolas promover ações de sensibilização e prevenção, junto dos jovens e encarregados de educação para os efeitos nocivos desta crescente problemática.

3. AS CRIANÇAS E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Os indicadores de natureza quantitativa escolhidos estão em geral apresentados na Figura 17.

Figura 17.

Indicadores de Educação, 2020, no concelho de São Pedro do Sul.

Indicadores de Educação, 2020				
	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
 Taxa bruta de pré-escolarização (%)	98,5	106,5	103,2	97,1
 Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	107,2	110,3	108,9	108,4
 Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	122,9	125,4	123,2	122,9
 Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)	0,6	1,4	1,7	2,2

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

A partir da Figura 17 percebe-se que as taxas brutas de pré-escolarização, de escolarização no ensino básico e escolarização no ensino secundário estão abaixo das mesmas taxas da NUTS III. As mesmas taxas do concelho de São Pedro do Sul, quando comparadas a nível nacional, também se encontram baixas, não sendo tao significativo. Destaca-se a baixa taxa de retenção e desistência no ensino regular no concelho de São Pedro do Sul e que é muito abaixo comparativamente com a sua região e a nível nacional.

A partir dos cálculos realizados pela Segurança Social (tendo em conta a listagem mensal de acordos de Cooperação na base de dados a 15 de janeiro de 2021 e as estimativas da população residente em 2020, no INE), no concelho de São Pedro do Sul a taxa de cobertura das creches em 2020 foi de 111.5%.

Pela Tabela 29 percebemos que, em 2020, no concelho de São Pedro do Sul existe um total de 1.944 alunos matriculados nos níveis de ensino. Pela análise da figura constatamos que de 2010 a 2020 se verifica uma diminuição da população escolar.

Tabela 32.

Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário no concelho de São Pedro do Sul: total e por nível de ensino

Territórios		Nível de ensino									
		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário	
Âmbito Geográfico	Anos	2010	2020	2010	2020	2010	2020	2010	2020	2010	2020
Município	São Pedro do Sul	430	265	647	468	377	222	919	405	808	584

Fontes de Dados: DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar

Fonte: PORDATA

No espaço temporal delimitado (2009/10 e 2019/2020), a taxa bruta de pré-escolarização aumentou em todas as divisões. Em específico, no concelho de São Pedro do Sul aumentou de 94.3%, no ano letivo 2009/10, para 98.5%, no ano letivo 2019/20. Tanto no sexo feminino como

no sexo masculino este aumento do ano letivo 2009/10 para 2019/20 é notório, constatando-se que no sexo feminino aumentou de 95.0% para 101.5% e no sexo masculino de 93.5% para 95.7%. Tanto a taxa bruta de escolarização no ensino básico como no ensino secundário diminuíram. No ensino básico, tínhamos em 2009/10 125.4% e o ano letivo 2019/20 teve 107.2%. No ensino secundário, 2009/10 apresentava uma taxa de 132.7% e o ano 2019/20 apresentou uma taxa de 109.2%. Esta tendência para diminuir também é notória quando observamos o indicador por sexo (Figura 18).

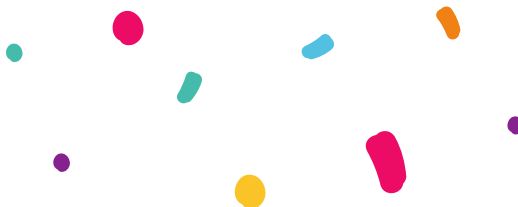
Figura 18.

Taxa Bruta de escolarização (%), por sexo, nível de ensino, ciclo de estudos, NUT I, NUT III de 2013 e Município São Pedro do Sul.

ANO LETIVO	NUT I - Contínente	NUTS III de 2013	MUNICÍPIO	Homens e Mulheres					Homens					Mulheres							
				Educação pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário	Educação pré- escolar	Ensino básico			Ensino secundário	Educação pré- escolar	Ensino básico			Ensino secundário			
					Total	1.º Ciclo	2.º Ciclo			3.º Ciclo	Total	1.º Ciclo			2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
2009/10	Contínente			84,7	127,5	107,3	124,2	157,7	148,4	85,6	126,8	107,2	126,0	154,6	142,0	83,8	128,2	107,3	122,3	160,9	155,0
2009/10		Viseu Dão Lafões		94,1	124,7	103,4	114,1	159,9	140,8	95,5	123,2	102,6	115,7	156,3	132,5	92,7	126,3	104,3	112,5	163,6	149,2
2009/10			São Pedro do Sul	94,3	125,4	99,2	104,7	171,1	132,7	93,5	119,1	97,3	111,0	150,5	116,8	95,0	132,4	101,3	97,6	194,4	149,0
2019/20	Contínente			96,9	108,4	103,6	108,9	113,8	123,5	98,0	109,6	104,0	110,8	115,5	121,9	95,8	107,1	103,2	107,0	112,0	125,2
2019/20		Viseu Dão Lafões		106,5	110,3	106,2	111,3	114,5	125,4	108,5	110,0	106,7	109,5	114,2	122,5	104,5	110,7	105,7	113,3	114,8	128,6
2019/20			São Pedro do Sul	98,5	107,2	109,6	99,6	109,2	122,9	95,7	106,5	108,3	102,9	106,2	103,9	101,5	108,0	111,1	96,6	111,9	145,6

Fonte: indicador calculado pela DGEEC com base em dados de matrículas da DGEEC e dados de população residente do INE

É notório a baixa taxa de retenção e desistência no sexo feminino e no sexo masculino nos diferentes níveis de ensino, no ano letivo 2019/20. No mesmo ano letivo, o ensino secundário apresenta taxas de retenção e desistências mais altas do que as do ensino básico e as taxas de retenção e desistências são mais altas no sexo masculino do que no sexo feminino. É de destacar no ensino secundário as taxas de retenção nos anos terminais das ofertas educativas, no sexo



masculino: 15.1% nos cursos científico-humanísticos e 21.7% nos cursos profissionais (Figura 19 e Figura 20).

Figura 19.

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo Feminino, nível de ensino, ciclo de estudos, anos de escolaridade, NUT I, NUTS III de 2013 e Município São Pedro do Sul.

ANO LETIVO	NUT I - Conteinte	NUTS III de 2013	MUNICÍPIO	Mulheres																									
				Ensino básico												Ensino secundário													
				Total	1.º Ciclo				2.º Ciclo				3.º Ciclo				C. científico-humanísticos, tecnológicos e profissionais				Cursos gerais/científico-humanísticos				Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais				
					Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total	5.º ano	6.º ano	Total	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	
2009/10	Conteinte			6,1	3,1	0,0	5,9	2,7	3,5	5,1	4,7	5,5	10,9	12,4	8,9	11,3	16,3	14,8	8,8	26,5	18,2	15,6	10,2	29,9	12,3	13,2	5,8	18,7	
2009/10		Viseu Dão Lafões		4,5	2,6	0,0	6,7	1,7	1,9	2,9	3,1	2,8	8,1	7,9	6,5	10,1	13,9	12,9	6,9	21,9	15,4	13,6	8,0	24,5	10,6	11,5	4,5	16,0	
2009/10			São Pedro do Sul	3,8	1,9	0,0	7,7	0,0	0,0	1,3	1,1	1,5	7,4	7,0	9,9	5,6	7,9	2,7	4,5	17,7	15,0	6,2	9,1	31,8	1,8	0,0	0,0	5,8	
2019/20	Conteinte			1,8	1,3	0,0	3,0	0,9	1,2	2,0	2,0	2,0	2,3	3,1	2,1	1,8	7,0	5,9	2,6	12,9	6,9	6,8	2,4	11,8	7,3	4,0	3,0	15,5	
2019/20		Viseu Dão Lafões		1,1	1,2	0,0	3,8	0,6	0,2	1,0	0,8	1,1	1,0	1,5	0,6	0,9	5,0	4,1	1,3	9,7	5,1	5,0	1,5	9,2	4,6	2,0	0,9	10,7	
2019/20			São Pedro do Sul	0,7	0,5	0,0	1,8	0,0	0,0	1,7	0,0	3,3	0,5	0,0	1,3	0,0	1,8	2,8	1,1	1,2	2,1	3,6	2,1	0,0	1,5	1,9	0,0	2,4	

Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência

Figura 20.

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo Masculino, nível de ensino, ciclo de estudos, anos de escolaridade, NUT I, NUTS III de 2013 e Município São Pedro do Sul.

ANO LETIVO	NUT I - Contínente	NUTS III de 2013	MUNICÍPIO	Homens																								
				Ensino básico												Ensino secundário												
				1.º Ciclo				2.º Ciclo				3.º Ciclo				C. científico-humanísticos, tecnológicos e profissionais				Cursos gerais/científico-humanísticos				Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais				
				Total	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total	5.º ano	6.º ano	Total	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano
2009/10	Contínente			9,1	3,9	0,0	7,6	3,3	4,4	9,6	8,9	10,3	16,0	18,9	13,0	15,6	21,7	20,4	11,8	34,5	24,2	21,7	14,7	37,4	18,6	19,0	8,0	30,5
2009/10		Viseu Dão Lafões		7,2	3,3	0,0	6,7	2,9	3,3	5,7	5,7	5,8	13,6	15,5	11,3	13,7	19,9	17,6	9,9	34,7	22,1	20,0	13,4	34,3	17,5	15,3	6,2	35,1
2009/10			São Pedro do Sul	8,4	2,1	0,0	6,2	1,4	0,0	6,8	8,8	4,3	16,7	17,4	12,8	20,2	11,2	9,5	1,9	27,4	17,9	13,0	3,7	40,0	4,3	6,8	0,0	7,1
2019/20	Contínente			2,5	1,5	0,0	3,2	1,0	1,4	2,8	3,0	2,7	3,6	5,0	3,2	2,5	9,7	8,0	3,8	17,9	9,4	10,4	3,6	14,6	10,0	5,0	4,2	22,5
2019/20		Viseu Dão Lafões		1,7	1,3	0,0	3,5	0,5	1,0	1,4	1,7	1,2	2,5	3,3	2,1	2,2	8,3	5,3	2,6	17,4	7,1	7,5	1,4	12,1	9,6	3,1	4,0	23,5
2019/20			São Pedro do Sul	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	2,1	0,6	0,0	2,2	0,0	8,0	5,7	3,3	15,1	6,8	8,1	5,0	7,5	8,9	4,0	2,0	21,7

Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência

Ao analisar um agrupamento de escolas em específico no concelho de São Pedro do Sul, Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa (AESCT) no final do ano letivo 2020/2021, tinha matriculados 337 alunos, estando a parcela maior localizada no 1º Ciclo do Ensino Básico e a parcela menor no 2º Ciclo de Ensino Básico (Figura 21).

Figura 21.

Número de crianças/alunos matriculados no AESCT, no final do ano letivo 2020/2021.

Ciclos	População Escolar
EPE	81
1º CEB	119
2º CEB	54
3º CEB	83
TOTAL AGRUPAMENTO (Final 2020/2021)	337

Quanto à taxa de retenção por ciclo, no final do ano letivo 2020/2021, é de 0% para cada ciclo (Figura 22).

Figura 22.

Taxa de retenção por ciclo no AESCT, no final do ano letivo 2020/2021.

Ano letivo 2020/2021	
1.º ciclo	0% (0 alunos/ 119)
2.º ciclo	0% (0 alunos/ 54)
3.º ciclo	0% (0 alunos/83)

Quanto às taxas de abandono neste agrupamento é 0% e têm descido gradualmente, tendo-se alcançado a sua erradicação no ano letivo 2010/2011, não havendo registo, desde esse ano, de qualquer situação de abandono escolar nos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória.

Ao observar a figura 23, percebe-se que o escalão A predomina na população escolar, sendo superior no 1º CEB, 2º CEB e 3ºCEB.

Figura 23.

Percentagem de alunos subsidiados por nível/ciclos, no AESCT no final no ano letivo 2020/2021.

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - 2020/2021							
Ciclos	População Escolar	Escalões				Total	
		A		B			
EPE	81	10	12,3%	16	19,8%	26	32,1%
1º CEB	119	48	40,3%	8	6,7%	56	47,1%
2º CEB	54	18	33,3%	14	25,9%	32	59,3%
3º CEB	83	26	31,3%	16	19,3%	42	50,6%
TOTAL AGRUPAMENTO	337	102	30,3%	54	16,0%	156	46,3%

Passando para outro agrupamento no concelho de São Pedro do Sul, o Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (AESPS). Este agrupamento, no final do ano letivo 2020/2021, tinha matriculados 1.260 alunos, estando a parcela maior localizada no 1º Ciclo do Ensino Básico e a parcela menor no 2º Ciclo de Ensino Básico (Figura 24). A partir da mesma figura, percebemos que o 1º CEB é aquele que tem o maior número

de alunos a beneficiar de ação social escolar (escalão A e B), e o 3º CEB apresenta a maior percentagem de alunos a beneficiar de ação social escolar (escalão A e B).

Figura 24.

Número de crianças/alunos matriculados no AESPS, por nível de educação e por ação social escola, no final do ano letivo 2020/2021.

Nível Educação	N.º de Alunos	N.º Alunos ASE (A e B)	Percentagem de alunos ASE (escalão A e B)
Educação Pré-Escolar	135	Sem dados	Sem dados
Ensino Básico 1.º Ciclo	303	94	31%
Ensino Básico 2.º Ciclo	202	64	32%
Ensino Básico 3.º Ciclo	263	89	34%
Ensino Secundário	357	86	24%

Quanto a taxa de abandono neste agrupamento é 0%. Já a taxa de insucesso é maior no 7º, 8º e 10º ano e nula no 1º e 3º ano (Figura 25).

Figura 25.

Taxa de insucesso por ano no AESPS, no final do ano letivo 2020/2021.

Ano	Nº alunos	taxa Insucesso
1º	65	0
2º	74	0,16
3º	71	0
4º	84	0,36
5º	90	1,02
6º	81	0,85
7º	83	7,1
8º	89	7,72
9º	116	2,81
10º	91	5,9
11º	86	3,61
12º	77	1,38

No concelho de São

Pedro do Sul, temos a

Escola Profissional de Carvalhais. Esta escola agrupa o 10º, 11º e 12º ano. No final do ano letivo 2020/2021, tinha matriculados 145 alunos, estando a parcela maior no 11º ano e a parcela menor no 10º ano (Figura 26). A esta escola não se aplica o que diz respeito à taxa de retenção por ciclo e a percentagem de crianças/alunos subsidiados por nível/ciclo. É notório a taxa de sucesso. Apesar de um número pouco significativo de desistência, deve funcionar como um alerta.

Figura 26.

Indicadores escolares da Escola Profissional de Carvalhais, no final do ano letivo 2020/2021.

ANO LETIVO 2020/2021					
ANO	MATRICULADOS	CONCLUIRAM	TRANSITARAM	NÃO CONCLUIRAM	DESISTIRAM
1º (10º)	42	0	39	0	3
2º (11º)	57	0	54	0	3
3º (12º)	46	42		3	1
TOTAL	145	42	93	3	7

Síntese

A partir deste capítulo entendemos que o concelho de São Pedro do Sul, apresenta taxas brutas (%) de pré-escolarização, escolarização no ensino básico e escolarização no ensino secundário inferiores às mesmas taxas do NUTS III, onde se insere, mas muito equivalentes às mesmas taxas de Portugal.

Ao comparar por anos letivos, é notório o aumento, no período em estudo, da taxa bruta de pré-escolarização, que pode funcionar como consequência da taxa de cobertura das creches, em 2020, no concelho, de 111.5%.

No mesmo período em estudo, percebe-se a diminuição tanto da taxa bruta de escolarização no ensino básico como da taxa bruta de escolarização no ensino secundário. Pode estar associada à verificada diminuição da população escolar.

É importante a criação de projetos que incentivem a população escolar para a importância da escola, no presente e futuro.

Percebe-se também a baixa taxa de retenção e desistência no concelho de São Pedro do Sul, quando comparada com a mesma taxa do NUTS III e de Portugal. No período de estudo, esta baixa taxa de retenção e desistência também é notória. No entanto, deve funcionar como alerta o facto das taxas de retenção e desistência serem superiores no ensino secundário do que no ensino básico. É importante que a escola crie projetos de inclusão que incentivem os alunos a não abandonarem o ensino, que crie medidas educativas que favoreçam o sucesso escolar e que aposte em ações relacionadas com a área da psicologia de orientação escolar e vocacional. Estas medidas também vão ao encontro, por exemplo, da taxa alta de insucesso apresentada no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa (AESCT), no ano letivo 2020/2021. Esta taxa é mais notória no 7º, 8º e 10º ano.

Ambos os agrupamentos apresentados vão ao encontro, principalmente, da baixa taxa de retenção e desistência e ressalta-se que ambos apresentam uma taxa de 0% de abandono escolar. Também a partir dos dados fornecidos pelos agrupamentos percebe-se que existem percentagens significativas de alunos a beneficiar de ação social escolar (escalão A e B). É importante adotar uma abordagem ecossistémica e realizar-se um diagnóstico para perceber as necessidades destes agregados familiares e, conseqüentemente, criar parcerias ou articular com entidades da comunidade para haver um encaminhamento e apoio. Não generalizando, mas, a investigação tem demonstrado que alunos provenientes de agregados familiares em situação socioeconómica desfavorável tendem a obter resultados escolares mais baixos do que os alunos provenientes de agregados familiares em situação socioeconómica favorável. Posto isto, é importante que a inclusão e a equidade sejam uma realidade de modo que haja, para todos, oportunidades de acesso e sucesso escolar. Também seria benéfico criar-se ações que tenham impacto direto nas dinâmicas familiares, ações

essas relacionadas com o envolvimento escolar, com a importância da escola, com saber lidar com o filho-aluno, entre outras.

4. AS CRIANÇAS E O DIREITO À PROTEÇÃO

A seguir são apresentados os dados processuais dos anos de 2018 a 2021, da CPCJ de São Pedro do Sul.

A figura 27, demonstra que a CPCJ de São Pedro do Sul é uma comissão com alto volume processual, que não tem apresentado mudanças significativas, no período em estudo. Ao analisar os processos transitados, à exceção de 2018 para 2019, estes foram aumentando. Já os processos sinalizados tiveram um aumento significativo de 2018 (26 processos) para 2019 (31 processos) e uma diminuição significativa de 2020 (31 processos) para 2021 (26 processos). Os processos instaurados tiveram a mesma tendência, sendo que de 2018 (23 processos) para 2019 (31 processos) houve um aumento significativo e de 2020 (30 processos) para 2021 (22 processos), uma diminuição. Os processos reabertos tiveram sempre a tendência a diminuir, no período em causa. Foi notório o aumento de casos ativos, do ano 2018 (11 casos ativos) para o ano 2019 (19 casos ativos). Quantos aos processos cessados na CPCJ, a tendência inclinou para a diminuição dos processos ao longo do período em estudo, contrariamente aos processos cessados para remessa ao Ministério Público, onde de 2018 a 2020 teve a tendência a aumentar significativamente e de 2020 (22 processo) a 2021 (14 processos), observa-se uma diminuição abrupta.

Figura 27.

Volume Processual da CPCJ de São Pedro do Sul, nos anos de 2018 a 2021.

Anos	Transitados	Sinalizados	Instaurados	Reabertos	Ativos	Vol. processual	Cessados/terminados na CPCJ	Cessados p/ remessa ao MP
2018	12	26	23	18	11	54	32	11
2019	11	31	31	13	19	54	18	17
2020	19	31	30	10	20	59	19	22
2021	20	26	22	11	20	53	22	14

Em 2018 e 2019, a faixa etária de crianças sinalizadas mais predominante é a de 18-21 e nos anos de 2020 e 2021 é dos 11-14 anos (Figura 28). Ao olharmos para as faixas etárias das crianças sinalizadas bem como para os anos em estudo, não existe uma tendência significativa nem para aumento nem para diminuição, com a exceção da faixa etária de 18-21 no ano de 2020 (8 processos) para 2021 (1 processo).

Figura 28.

Faixas etárias das crianças sinalizadas da CPCJ de São Pedro do Sul, nos anos de 2018 a 2021.

Anos	0-2		3-5		6-8		9-10		11-14		15-17		18-21	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
2018	0	0	1	5	2	5	2	2	4	6	5	4	7	10
2019	1	2	3	1	3	3	4	3	3	6	4	5	12	5
2020	2	2	3	5	4	3	4	2	7	9	4	3	8	3
2021	1	3	2	4	5	3	2	6	4	9	6	5	1	0

Ao olharmos para os últimos três relatórios de avaliação da atividade das CPCJ, mais especificamente para a taxa de incidência, percebemos que em 2018 a taxa era de 2.8, em 2019 de 2.87 e de 2020, 1%. Claramente que, de 2018 para 2020, houve uma

diminuição significativa. O relatório de 2020 não apresenta a taxa nacional, mas ao olharmos para os outros anos percebemos que, tanto em 2018 como 2019, a taxa do concelho é menor do que a taxa nacional (tabela 30).

Tabela 33.

Taxa de incidência no concelho de São Pedro do Sul e Nacional.

		2018		2019		2020	
Distrito	CPCJ	Taxa de Incidência	Taxa Nacional	Taxa de Incidência	Taxa Nacional	Taxa de Incidência	Taxa Nacional
Viseu	CPCJ São Pedro do Sul	2.8	3.2	2.87	3.69	1.0	-----

Ao analisarmos da Figura 29 à Figura 32, percebemos que a tipologia que predomina desde 2018 a 2021 é a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem (ECPCBEDC), por exemplo, o consumo de álcool e a violência doméstica. Apesar de esta tipologia predominar, também se observa uma diminuição da mesma, no período em estudo. Também é relevante identificar que, em todos os anos, a faixa etária que mais se encontra dentro desta tipologia de perigo, é a de 11-14 anos. Ao observarmos a faixa etária 15-17 anos, percebemos que é aquela que, na maioria dos anos, aborda quase todas as tipologias de perigo.

Figura 29.

Tipologias de perigo por faixa etária da CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2018.

Tipologia	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
ECPCBEDC (VD/cons.álcool	3	4	4	1	13	6	1
Negligência	1	4	3	1		1	
A.Sexual (exp.redes sociais, aliciamento)					1	2	1
Maus tratos					1	1	
Abandono						1	
CJACABED						2	
SPDE-abs/abandono escolar						2	
Outras	1						

Figura 30.

Tipologias de perigo por faixa etária da CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2019.

Tipologia	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
ECPCBEDC (VD/cons.álcool	4	3	5	3	8	5	1
Negligência			3	1	2	1	
A.Sexual (exp.redes sociais, aliciamento)							
Maus tratos						1	1
Abandono							
CJACABED					1	3	
SPDE-abs/abandono escolar						3	
Outras							

Figura 31.

Tipologias de perigo por faixa etária da CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2020.

Tipologia	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
ECPCBEDC (VD/cons.álcool	5	5	6	4	9	7	2
Negligência				2			
A.Sexual (exp.redes sociais, aliciamento)				1			
Maus tratos							
Abandono		2		2	1		
CJACABED					2	3	2
SPDE-abs/abandono escolar						2	
Outras							

Figura 32.

Tipologias de perigo por faixa etária da CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2021.

Tipologia	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
ECPCBEDC (VD/cons.álcool)	4	5	6	4	6	3	
Negligência		1	1	3		2	
A.Sexual (exp.redes sociais, aliciamento)							
Maus tratos					2		
Abandono	1	1	2	1			
CJACABED					5	4	1
SPDE-abs/abandono escolar						1	
Outras							

Passando à análise das Figura 33 à Figura 36. Quanto às medidas aplicadas, é visível que, em todos os anos, a medida mais aplicada é a de Apoio Junto dos Pais, preenchendo quase todas as faixas etárias. A faixa etária com mais medidas aplicadas é a de 15-17anos, sendo notório em todos os anos. Apesar de um número pouco significativo, ressalta-se que só nos anos 2018 e 2020, a medida de Acolhimento Residencial foi aplicada, na faixa etária dos 15-17 anos. Também se ressalta que em 2021, só foi aplicada a medida de Apoio Junto dos Pais. De 2018 para 2020, aumentou o número de medidas aplicadas, 21 medidas e 30 medidas, respetivamente.

Figura 33.

Medidas aplicadas por faixa etária da CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2018.

Medida	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
Apoio Junto dos Pais	2		3	1	4	7	
Apoio Junto de Outro Familiar			1				1
Acolhimento Residencial						2	

Figura 34.

Medidas aplicadas por faixa etária CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2019.

Medida	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
Apoio Junto dos Pais	3	1	4		4	10	3
Apoio Junto de Outro Familiar			1		1	2	

Figura 35.

Medidas aplicadas por faixa etária CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2020.

Medida	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
Apoio Junto dos Pais	4	3	2	3	7	6	2
Apoio Junto de Outro Familiar	1	1					
Acolhimento Residencial						1	

Figura 36.

Medidas aplicadas por faixa etária CPCJ de São Pedro do Sul, no ano 2021.

Medida	0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21
Apoio Junto dos Pais	2	3	2	3	4	3	

Síntese

O presente capítulo permite indicar que a CPCJ de São Pedro do Sul é uma comissão com alto volume processual, no período de 2018 a 2021. No mesmo período, é

bastante significativo o aumento tendencial de casos ativos. Da análise dos dados apresentados, podemos aferir que, no anos 2020/2021 a faixa etária dos 11 aos 14 anos foi a faixa mais intervencionada e nos anos 2018/2019 foi a faixa etária 18 aos 21. A tipologia de perigo mais sinalizada é a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem (ECPCBEDC), por exemplo, o consumo de álcool e a violência doméstica. Deve privilegiar-se, assim, a haver a conciliação entre a CPCJ com outras instituições diretamente ligadas às crianças, jovens e suas famílias. Aquando da aplicação de medidas, a cedida em meio natural de vida do “Apoio Junto dos Pais” foi privilegiada em todos os anos. Esta medida de promoção e proteção é a privilegiada em relação às restantes, com o intuito de manter e incentivar os laços familiares, de modo que as relações parentais sejam enriquecidas e duradouras. Posto isto, a CPCJ de São Pedro do Sul, tem tido em conta essa preocupação, estando a funcionar de acordo com os princípios orientadores da intervenção definidos pela Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Estes dados evidenciam a necessidade de serem efetuadas intervenções preventivas na educação parental, nomeadamente na promoção da parentalidade positiva e no combate à negligência parental. Também seria relevante a criação de medidas de apoio às vítimas de violência doméstica bem como medidas de apoio ao tratamento e reintegração de cidadãos com consumos diversos.

5. AS CRIANÇAS E O DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Para este subcapítulo foram aplicados questionários junto da população (crianças; jovens; pessoas adultas responsáveis por crianças e por jovens; e profissionais com responsabilidades em matéria de infância e juventude). Assim recolhe-se informação quantitativa sobre o tema (identificar e conhecer práticas e mecanismos que fomentam a participação das crianças e jovens; capacitação das/os profissionais não só na implementação de processos participativos, mas ao nível da implementação prática

da Convenção sobre os Direitos da Criança...), ao mesmo tempo que, se promover a auscultação da população sobre determinados temas relevantes para o Plano local de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.

Foram aplicados os seguintes questionários:

- Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens;
- Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças;
- Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local;
- Questionário 8 | Autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude.

5.1. Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

Para o Questionário 6A obteve-se um total de 256 respostas. Este questionário era dirigido a jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, sendo que a média de idades foi 14.9. Dos 256 jovens, 59.4% (N=152) são do sexo feminino e 40.6% (N=104) do sexo masculino. Quanto ao ano escolar, a percentagem mais elevada corresponde ao 9º ano e ao 10º ano com a mesma percentagem de 21.9% (N=56), logo seguida pelo 11º ano com 20.3% (N=52), e pelo 8º ano com 19.1% (N=49). Os restantes anos, 7º e 12º ano, têm uma percentagem de 8.6% (N=22) e 8.2% (N=21), respetivamente.

A tabela 31, referente à secção Brincadeira e Lazer, destaca a quantidade e qualidade de tempo que os jovens passam com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por si. Também é visível a falta de tempo que os jovens consideram que têm bem como a falta de espaços para conviverem e a pouca participação em programas ou atividades fora da escola. Destaca-se a percentagem de jovens que consideram que, onde moram, as crianças com deficiência não usam os mesmos espaços que as outras crianças. O espaço para comentário sublinha principalmente a falta de espaços para

conviverem, “Acho que deviam investir em mais espaços de lazer”, sendo realçado o facto de viverem numa pequena aldeia.

Tabela 34.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Brincadeira e Lazer, do Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

Secção Brincadeira e Lazer	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
94.9% dos jovens consideram que há sítios na sua terra/freguesia/bairro onde pode estar em contacto com a natureza	45.3% dos jovens consideram que, na sua terra/freguesia/bairro, não existem sítios públicos para estar com amigos e amigas da sua idade ou fazer jogos e desporto
78.1% dos jovens costumam passar tempo com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por si, durante os fins de semana	65.2% dos jovens não frequentam um clube de desporto
75.4% dos jovens gostam de passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por si	56.2% dos jovens consideram que não têm tempo suficiente para descansar e aproveitar o seu tempo livre
	52.4% (33.2 % “não sei” + 12.9% “nem

	sempre” + 6.3% “não é verdade”) dos jovens consideram que, onde moram, as crianças com deficiência não usam os mesmos espaços que as outras crianças
	56.5% dos jovens não participam em programas ou atividades fora da escola

A secção A minha participação e cidadania, representada pela tabela 32, demonstra uma participação reduzida dos jovens na vida escolar e na comunidade, aliás até parece haver um desconhecimento de possíveis atividades ou programas. No ambiente familiar, os jovens sentem-se ouvidos e têm em consideração as suas opiniões. Apesar de uma percentagem acima de 50%, seria expectável que mais jovens já tivessem ouvido sobre os direitos das crianças e dos jovens. O espaço para comentário não acrescentou nada à análise.

Tabela 35.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha participação e cidadania, do Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

Secção A minha participação e cidadania	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
64.8% dos jovens sentem que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por si ouvem e têm em consideração as suas opiniões	61.0% dos jovens nunca participaram em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas
76.2% dos jovens já ouviu falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola,	84.0% dos jovens consideram que os professores e professoras não costumam

televisão ou internet	perguntar, por exemplo, no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostariam de fazer de maneira diferente
86.7% dos jovens tem acesso à internet e sente-se ligado ao que acontece fora da sua vizinhança	76.5% dos jovens não participam em projetos na sua comunidade
	65.6% dos jovens não fazem parte do Conselho de Jovens no seu município
	38.1% dos jovens não sabe se o Conselho de Jovens também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais
	75.4% dos jovens não deram a sua opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal

A tabela 33, da secção A minha segurança e proteção, revela que a maioria dos jovens se sentem seguros na comunidade e a navegar na internet, mas, no ambiente escolar, alguns já tiveram medo de sofrer agressões. O espaço para comentários sugere ações de sensibilização para os perigos da internet na escola, “Neste caso da proteção e segurança acho muito bem irem às escolas falar sobre os perigos na internet”.

Tabela 36.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha segurança e proteção, do Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

Secção A minha segurança e proteção	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos

65.2% dos jovens sentem-se seguros quando usam o autocarro ou outros transportes públicos	34.0% dos jovens, na escola, já tiveram medo que outras crianças/jovens lhe possam fazer mal
69.5% dos jovens sentem-se seguros a caminhar ou andar de bicicleta na rua	
73.0% dos jovens quando se sentem em perigo, sabem a quem se dirigir para pedir ajuda	
94.9% dos jovens sabem que há riscos em utilizar a internet e 62.5% dos jovens já falaram com os pais sobre como utilizar a internet	

A secção A minha saúde, na tabela 34, revela uma preocupação dos pais e jovens para terem uma alimentação saudável. Quando estão doentes, a maioria dos jovens refere que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por si os levam ao médico e que este fala diretamente com eles. Foi notório a percentagem de jovens que não sabe se, no seu centro de saúde, existe um atendimento especializado para adolescentes. No espaço para comentários aparecem sugestões de ações de sensibilização para a saúde e até na existência de enfermeiros escolares, *“acho que as escolas/centros de saúde deveriam investir mais na sensibilização de assuntos como a sexualidade, porque apesar de já ser um assunto bastante falado, ainda é um "tabu". Acabamos por recolher muita informação da Internet que, muitas vezes, não é fidedigna”* e *“Na escola devia haver uma enfermeira para que pudessemos ir falar sozinhos e esclarecer assuntos que temos vergonha de falar alto quando há as ações de formação”*. Também apareceram comentário alarmantes relativamente à saúde mental, *“Só gostava de gostar mais de viver e que a minha saúde mental fosse mais saudável”* e *“má*

psicologicamente estou mal”. É importante relembrar que o direito à saúde e, em especial, o direito à saúde mental e ao bem-estar em geral, é um direito central no desenvolvimento das crianças e jovens. Os problemas de saúde mental desenvolvem-se frequentemente na adolescência. Cerca de um em cada cinco adolescentes têm estes problemas.

Tabela 37.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha saúde, do Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

Secção A minha saúde	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
76.6% dos jovens referem que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por si sempre falaram sobre o que têm de fazer para ser saudável	53.1% dos jovens não sabem se, no seu centro de saúde, existe um atendimento especializado para adolescentes
61.7% dos jovens consideram que, em casa, têm uma alimentação saudável	
79.7% dos jovens referem que quando estão doentes, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por si levam ao médico/a	
64.8% dos jovens referem que, quando vão ao médico, este costuma falar com eles	

A tabela 35, referente à secção A minha educação, demonstra que a maioria dos jovens nem sempre ou não gosta da escola e sentem que estudam algo que não lhes interessa. A maioria dos encarregados de educação apoiam os jovens na escola e vai às reuniões, mas não participa noutras atividades escolares. A maioria dos jovens considera que foi informado sobre os direitos das crianças e jovens, mas não têm aulas sobre promoção de saúde ou educação sexual, o espaço para comentários sublinha a necessidade de haver mais aulas sobre estas temáticas. Quanto aos professores, os jovens referiram que estes já bateram ou gritaram com eles e que não tratam todos os alunos da mesma maneira. Relativamente à escola, é notória a falta de higiene nas casas de banho e o desadequado tempo de escola e de estudo. Os jovens sentem que as crianças/jovens com deficiência são respeitadas na escola e que, se houver algum problema, existe sempre adultos para poderem falar. É um alerta a percentagem de jovens que trabalha e considera que o seu trabalho já atrapalhou os seus estudos.

Tabela 38.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha educação, do Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

Secção A minha educação	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
81.6% dos jovens referem que a pessoa que é a sua encarregada de educação sempre os apoiou na escola	75.4% dos jovens consideram que nem sempre/ não gostam da escola
61.3% dos jovens referem que a pessoa que é sua encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola	65.6% dos jovens sentem que na escola nem sempre/não pode estudar aquilo que lhes interessa

90.2% dos jovens consideram que a sua família consegue pagar o material escolar que precisa	66.0% dos jovens consideram que a sua mãe ou o seu pai nem sempre/não costumam participar nas atividades que acontecem na escola
59.4% dos jovens consideram que foram informados sobre os direitos das crianças, na escola	42.2% dos jovens consideram que os professores nem sempre/não dão atenção suficiente quando precisam
69.1% dos jovens consideram que na sua escola, há pessoas adultas com quem podem falar se tiver problemas	48.1% dos jovens referem que, na escola, nem sempre/não têm aulas sobre promoção de saúde e 55.8% dos jovens nem sempre/não têm aulas sobre educação sexual
61.7% dos jovens considera que, na sua escola, as crianças/jovens com deficiências são respeitadas	44.9% dos jovens consideram que os professores nem sempre/não costumam envolvê-los em decisões sobre a organização da escola
	47.3% dos jovens consideram que o seu tempo de escola e estudo nem sempre/não é adequado
	69.2% dos jovens consideram que as casas de banho da sua escola nem sempre/não estão limpas
	47.7% dos jovens consideram que os professores e professoras nem sempre/não tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira
	27.0% dos jovens revelam que os/as

	professores/as já bateram nos/as alunos/as
	71.9% dos jovens consideram que os professores já gritaram com os/as alunos/as
	34.9% dos jovens que trabalha consideram que o seu trabalho às vezes interfere com os seus estudos

A secção A minha vida pessoal (tabela 36) demonstra que a maioria dos jovens tem condições habitacionais mínimas e gosta e sente-se seguro em sua casa. Quanto à prática da parentalidade houve relatos de agressão e gritos. Quanto à escola, a maioria dos jovens alegaram nunca ter sido agredidos e também alegaram já lhes ter sido oferecido droga, dentro ou fora da escola. O espaço dos comentários não acrescentou nada à análise.

Quanto ao contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, das 256 respostas só 21 jovens responderam que já tiveram este contacto. Destes 21 jovens:

- 76.2% gostaram do acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo;
- 66.7% referem que o acompanhamento por parte de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo ajudou realmente a melhorar a sua vida;
- 71.4% sempre foi informado/a sobre o que estava a acontecer e pode dar sempre a sua opinião.

Tabela 39.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha vida pessoal, do Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

Secção A minha vida pessoal	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
81.6% dos jovens consideram que a sua casa está sempre limpa	21.5% dos jovens referem que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por si já lhes bateram
94.1% dos jovens têm, na sua casa, água quente para tomar banho	55.4% dos jovens consideram que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por si já gritaram com eles
92.6% dos jovens sentem-se seguro em casa	46.1% dos jovens referem que já lhes ofereceram drogas na escola ou fora da escola
80.9% dos jovens nunca tiveram numa situação onde outras/os jovens lhes bateram fora da escola	
69.9% dos jovens não tiveram contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo	

Feita a análise das secções do questionário 6A, retiramos:

- O número de jovens que dizem não ter tempo para descansar e não ter espaços públicos para estar com os seus amigos;
- A discriminação na comunidade para com as crianças/jovens com deficiência é um problema;

- A participação não é um problema na família, mas é tanto na escola como na comunidade. O desconhecimento de programas ou atividades também deve ter-se em consideração;
- O sentimento de segurança que os jovens têm na comunidade e na sua casa não é uma preocupação, sendo que muitos referiram ter algum medo na escola;
- O acesso à saúde não é um problema, no entanto há que ter em conta o desconhecimento da existência de um atendimento especializado para os mesmos;
- Há uma generalização do “não gostar da escola” e “não poder aprender o que gosta”. Pode haver maior participação por parte dos responsáveis dos jovens na escola. É evidente a perceção pouco positiva dos jovens em relação aos professores;
- Os Direitos da Criança/ do Jovem é um assunto do conhecimento da generalidade dos jovens;
- A maioria dos jovens têm as condições habitacionais mínimas. Quanto ao exercício da parentalidade, gritos e agressões foram referidos;
- O acompanhamento por parte do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo parece ter sido eficaz e eficiente;
- É um problema a percentagem elevada de jovens que já teve acesso a drogas na escola ou fora da escola.

5.2. Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

Para o Questionário 6B obteve-se um total de 187 respostas. Este questionário era dirigido a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, sendo que a média de idades foi 10.8. É de referir que não houve nenhuma resposta de crianças abaixo dos 9 anos. Das 187 crianças, 56.1% (N=105) são do sexo feminino, 43.9%

(N=82) do sexo masculino. Quanto ao ano escolar, a percentagem mais elevada corresponde ao 6º ano com 47.6% (N=89), logo seguida pelo 5º ano com 33.2% (N=62), o 4º ano com 12.3% (N=23) e 7º ano com 7.0% (N=7).

A tabela 37, da secção Brincadeira e Lazer, permite entender que as crianças consideram que têm espaços para brincar, fazer jogos ou praticar desporto. Também alegam que não existe disponibilidade, por parte dos responsáveis por si, para brincar, fazer jogos e/ou fazer outras atividades em família. As crianças consideram que têm tempo depois da escola para brincar, descansar e aproveitar o seu tempo livre. O espaço para comentários reforça a importância que as crianças dão à brincadeira, como por exemplo, *“É importante brincar”*, *“Eu acho que as crianças devem brincar e acho que faz bem brincar”*.

Tabela 40.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Brincadeira e Lazer, do Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

Secção Brincadeira e Lazer	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
65.9% das crianças consideram que, na sua terra/freguesia ou bairro existem sítios para brincar (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto	41.8% das crianças consideram que, quando vão ao parque infantil, as pessoas adultas da sua família, que a acompanham, nem sempre, brincam com elas
81.9% das crianças consideram que quando regressam da escola, e no fim de semana, têm tempo para brincar, descansar e aproveitar o seu tempo livre	63.8% das crianças consideram que nem sempre/não acontece, depois da escola, a(s) pessoa(s) responsáveis por elas, brincarem ou fazerem jogos com elas

	40.1% das crianças consideram que a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas, nem sempre brincam ou fazem jogos com elas, no fim de semana
	61.2% das crianças consideram que nem sempre vão com a família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios, no fim de semana
	56.5% das crianças consideram que nem sempre/ não costumam brincar na praia, no campo ou no rio

A secção A minha participação e cidadania, representada pela tabela 38, revela que a sua participação e opinião não é muito pedida na escola nem em assuntos relacionados com atividades a fazer no fim-de-semana e férias. No entanto, a realizar tarefas em casa, como cozinhar, as crianças participam. Quase 90% das crianças já ouviu falar sobre os direitos das crianças, pelas diversas formas. No espaço para comentários percebeu-se que as crianças associaram esta secção à disciplina Cidadania e Desenvolvimento: *“É bom ter cidadania é uma boa disciplina”, “Eu gosto muito de cidadania, ajuda-nos a ser uns bons cidadãos”*.

Tabela 41.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha participação e cidadania, do Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

Secção A minha participação e cidadania	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos

64.7% das crianças costuma ajudar a família a cozinhar ou fazer outras tarefas, e 66.8% diverte-se a fazê-lo	64.7% das crianças consideram que nem sempre/não acontece o/a seu/sua professor/a perguntar se gosta das aulas e da escola
86.6% das crianças já ouviu falar sobre os direitos das crianças pela família, na escola ou na televisão	52.9% das crianças consideram que nem sempre/não é verdade que o/a seu/sua professor/a perguntar o que poderiam fazer para melhorar o recreio
	52.9% das crianças considera que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por eles não costuma(m) perguntar o que querem fazer no fim de semana
	43.3% das crianças considera que a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas não costumam perguntar onde querem ir passear ou ir de férias

Na tabela 39, representante da secção A minha segurança e proteção, entende-se que quase metade das crianças tem medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta e, consequentemente, não utiliza estas formas de transporte. A maioria também não utiliza transportes públicos. Mais de metade das crianças já teve medo que outras crianças lhe possam fazer mal, na escola, no entanto a maioria das crianças costuma falar com a(s)pessoa(s) que é /são responsável/eis por ela. No espaço para comentários foram reportadas algumas situações de bullying, *“a um menino de com os primos dele costumam chatear-me e fazer coisas pequenas que me doí”* e *“os meus colegas fazem buling comigo e eu fico muito triste mas nao conto a ninguem”*. No entanto percebeu-se que as crianças sentem-se em segurança no ambiente familiar,

“tenho segurança os meus pais tam por perto de mim a minha protecção são os meus avós” e “eu tenho segurança pela minha família”.

Tabela 42.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha segurança e proteção, do Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

Secção A minha segurança e proteção	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
65.2% das crianças quando tem medo de alguma coisa costumam falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por ela	59.9% das crianças não usam o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola
	90.4% das crianças não vão para a escola a pé ou de bicicleta
	41.7% das crianças têm medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta
	59.9% das crianças já teve medo que outras crianças lhe possam fazer mal, na

	escola
--	--------

A secção A minha saúde, na tabela 40, permite destacar as conversas com as famílias sobre “ser saudável” bem como a preocupação dos pais de levarem as crianças aos médicos sempre que estas se encontram doentes. Quanto à relação/comunicação com o médico, algumas crianças percecionam que este não fala diretamente com elas e que não entendem aquilo que lhes é dito. No espaço para comentários, a maioria relata que é saudável.

Tabela 43.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha saúde, do Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

Secção A minha saúde	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
73.3% das crianças consideram que a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas falam sobre o que é ser saudável	25.2% das crianças consideram que nem sempre/não acontece o médico/a ou enfermeiro/a falar diretamente com elas
77.5% das crianças jantam sempre juntos em família e 70.6% falam sempre muito ao jantar	62.0% das crianças nem sempre percebem tudo o que o/a médico/a lhe explica
88.2% das crianças consideram que quando estão doentes, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas, levam-nas ao médico/a	

85.6% das crianças consideram que quando o/a médico/a decide o tratamento para a sua doença, explica o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos

Na tabela 41, associada à secção A minha educação, percebe-se que quase metade das crianças não gostam da escola, no entanto, perto de 78% gostam de aprender coisas novas. As crianças alegam que os pais participam pouco nas atividades da escola e não costumam perguntar o que aprenderam na escola, mas ajudam-nos nos trabalhos de casa. Relativamente à relação/comunicação com os professores, muitas crianças relatam não perceberem os professores quando explicam as coisas, algumas agressões e gritos por parte dos professores e um tratamento diferente com certas crianças. No entanto, a maioria das crianças relatou que os professores já as ajudaram numa situação difícil e sentem que na escola podem contar com algum adulto, sempre que há problemas. Sobre a escolar, destaca-se o facto de mais de metade das crianças achar que existe falta de higiene nas casas de banho. No espaço para comentários, as opiniões andaram a volta de “a minha educação é boa”.

Tabela 44.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha educação, do Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

Secção A minha educação	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
78.1% das crianças gostam de aprender coisas novas	35.3% das crianças não gostam da escola
84.5% das crianças quando precisam de	42.2% das crianças consideram que nem

ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas ajudam-nas nos trabalhos de casa	sempre/não acontece o seu/sua encarregado/a de educação participar muito nas atividades da escola
90.9% das crianças consideram que a família consegue pagar o material escolar que precisam.	32.6% das crianças consideram que a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas não costumam perguntar o que aprenderam na escola
72.7% das crianças consideram que os professores e as professoras já as ajudaram numa situação em que precisaram de ajuda	67.4% das crianças nem sempre percebem as professoras e professores a explicarem as coisas
67.9% das crianças têm atividades onde aprendem a ser saudáveis; 89.8% em como se deve proteger o ambiente e 91.4% aprenderam o que são os direitos das crianças	53.5% das crianças consideram que nem sempre/não é verdade que têm tempo suficiente de recreio para brincar ou fazer jogos
81.3% das crianças consideram que na escola têm pessoas adultas com quem falar se tiver problemas ou me sentir mal	72.7% das crianças consideram que nem sempre/não é verdade que as casas de banho estão sempre limpas
	28.9% das crianças consideram que nem sempre/não é verdade que os(as) professores(as) tratam todas as crianças da mesma maneira
	52.4% das crianças consideram que nem sempre/não é verdade que na sua terra há uma biblioteca que costumam usar
	27.3% das crianças considera que os/as

	professores/as já bateram nos/as alunos/as
	76.4% das crianças consideram que os/as professores/as já gritaram com os/as alunos/as

A secção A minha vida pessoal, representada na tabela 42, revela que a casa da maioria das crianças está limpa, tem água quente e livros e brinquedos. A maioria gosta da sua casa. Quanto aos responsáveis pelas crianças, estas relataram que já foram agredidas e gritaram com elas. Agressões entre crianças também foram relatadas. O espaço para comentários não acrescentou muito à secção.

Tabela 45.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A minha vida pessoal, do Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

Secção A minha vida pessoal	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
77.0% das crianças consideram que a casa está sempre limpa	31.5% das crianças consideram que a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas já lhes bateram
97.3% das crianças têm água quente para tomar banho na sua casa	63.1% das crianças considera que a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por elas já gritaram com elas
95.2% das crianças gostam muito da sua casa	31.5% das crianças consideram que nem sempre/não é verdade que nunca aconteceu outras crianças já lhes bateram fora da escola

91.4% das crianças têm livros e brinquedos em casa

Fim das análises das secções do questionário 6B, destaca-se que:

- Existe falta de convívio entre as crianças e as suas famílias, quer seja a brincarem, jogar jogos ou passear;
- A participação é um problema na família e na escola;
- Os Direitos da Criança é um assunto do conhecimento da generalidade das crianças;
- Existe um sentimento de insegurança, por parte das crianças, na comunidade e na escola;
- O acesso à saúde não é um problema, no entanto a comunicação entre o/a enfermeiro/a e/ou o/a médico/a e a criança é um problema;
- Não há uma consensualização do gosto pela escola. Há pouca participação por parte dos responsáveis das crianças na escola, mas há uma ajuda em casa. A relação/comunicação entre as crianças e os professores é um problema;
- A maioria das crianças tem condições habitacionais. Quanto ao exercício da parentalidade, os gritos e as agressões foram relatadas pelas crianças. As agressões também foram relatadas para o contexto escolar;

5.3. Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

Para o questionário 7 obteve-se um total de 86 respostas. Este questionário era dirigido às famílias do concelho de São Pedro do Sul, que tinham pelo menos uma criança abaixo dos 18 anos. Este questionário foi dividido em 5 secções, a seguir analisadas.

Relativamente à secção Brincadeira e Lazer, a tabela 43 permite perceber que a maioria dos pais considera que existem espaços na sua comunidade para as crianças brincarem, mas o mesmo não acontece para com os jovens. É um alerta a falta de tempo e oportunidades que os pais consideram que não têm para fazer atividades com os filhos, quer seja por motivos profissionais quer seja por motivos escolares. Também é necessário ter em conta a falta de disposição que os pais apresentam para brincar com os seus filhos. No espaço para comentários, tudo isto é reforçado *“É urgente criar um plano de atividades anual para crianças e jovens, plano este que deve ser criado em conjunto com juntas de freguesia, município, escolas, clds e associação de pais dos agrupamentos deste concelho. Plano este que contemple atividades ao ar livre, desporto, cultura e artes direcionados para crianças e jovens. A criação /renovação de infraestruturas de lazer nas aldeias é igualmente urgente, desta forma será mais fácil quebrar estigmas e instruir famílias a "brincar" com os mais pequenos.”* e *“A escola com tempo letivo até às 17h30 deixa as crianças muito cansadas para sair com elas ao fim do dia e brincar fora da escola. Os pais têm horários difíceis. Sociedade não amiga das famílias!”*

Tabela 46.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Brincadeira e Lazer, do Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

Secção Brincadeira e Lazer	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
68.6% dos pais consideram que na sua comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazerem jogos ou praticarem desporto.	34.9% dos pais consideram que na sua comunidade nem sempre existem sítios para jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticarem desporto

75.6% dos pais considera que a seguinte afirmação “eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas” não é verdade	40.7% dos pais nem sempre levam as suas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos).
94.2% dos pais deixa as suas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não vêem como um problema se eles/as se sujarem; basta que se divirtam	50.0% dos pais quando vão ao parque infantil ou a outras atividades, nem sempre têm oportunidade de falar com outros pais e mães / responsáveis
	27.9% dos pais quando levam as suas crianças ao parque infantil, nem sempre gostam de brincar com elas
	50.0% dos pais considera que depois da escola, não sobra tempo para as crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre
	50.0% dos pais considera que depois da escola e do seu trabalho, não tem tempo para brincar ou passar tempo com as suas crianças
	53.5% dos pais considera que no fim de semana, nem sempre organizam atividades que possam fazer enquanto família

A tabela 44, relativa à secção Participação e Cidadania, revela que, no ambiente familiar, a maioria dos pais considera que a criança participa quer seja a expressar a sua opinião, quer seja a ajudar nas tarefas em casa. É notório a falta de participação das crianças em atividades que envolvem a comunidade, como por exemplo, o Conselho Municipal de Jovens e também o facto de os pais não saberem se esse mesmo Conselho existe. O espaço para os comentários reflete esta problemática, com comentários como *“que associações temos? Não sei? Se existem para que servem o que fazem que pouco ou nada são notadas em relação à interação com jovens e crianças? Não sei...”* e *“existe falta de comunicação entre associações, município, escola e pais. A informação quando chega, chega tarde. Continuamos num Município onde a maior promoção do desporto se foca no futebol. Atividades solidárias e comunitárias são urgentes”*.

Tabela 47.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Participação e Cidadania, do Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

Secção Participação e Cidadania	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
97.7% dos pais considera que desde que as suas crianças são pequenas, sempre falaram muito com elas	45.3% dos pais não costumam perguntar às suas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana
74.4% dos pais considera que a partir do momento em que as suas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvia-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que faziam juntos/as.	73.3% dos pais não sabe se no município existe um Conselho Municipal de Jovens
88.4% dos pais sempre tiveram prazer	82.6% dos pais consideram que as suas

em ver as suas crianças ajudarem na cozinha, no jardim ou a fazer outras tarefas.	crianças não participam no Conselho Municipal de Jovens
89.5% dos pais gostam de ouvir a opinião das suas crianças sobre vários assuntos e têm em consideração o que pensam e sentem	67.4% dos pais considera que nem sempre/ não acontece as suas crianças participarem em outras atividades associativas
90.7% dos pais já ouviu falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte	66.3% dos pais considera que nem sempre/ não acontece as crianças terem vontade de fazer parte de associações

A secção Segurança e Proteção, representada na tabela 45, indica que a maioria dos pais revela insegurança nos transportes públicos. Os pais também revelaram que existem agressões dentro ou fora da escola por parte de outras crianças, aliás no espaço para comentários foi referido que *“O meu filho sofreu de bullying, na escola anterior, durante 2 anos. Inclusive 1 urgência hospitalar. Nenhum representante da escola tomou algum tipo de ação.”* A maioria dos pais considera que os filhos têm confiança para irem ter com eles quando necessitam. Os castigos corporais e os gritos, por parte dos pais, também foi relatado e é uma percentagem muito preocupante (57%). Os pais costumam alertar os filhos para os perigos da internet, no entanto, a maioria deles não costumam acompanhar o que os seus filhos vêm na internet.

Tabela 48.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Segurança e Proteção, do Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

Secção Segurança e Proteção	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos

75.6% dos pais sentem que as suas crianças vêm ter com eles quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa	38.3% dos pais nem sempre/não sentem que as suas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para irem para a escola
87.2% dos pais limita o acesso ou conversa com as suas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet	66.3% dos pais consideram que já houve uma situação em que outras crianças batessem nas suas crianças, dentro ou fora da escola
	43% dos pais consideram que, quando eram crianças, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as
	57% dos pais já bateram nas suas crianças
	27.9% dos pais, em momentos difíceis, já gritaram com as suas crianças, mas não lhes pediram desculpa ou não tentaram encontrar outras soluções para exercer a sua autoridade
	34.9% dos pais não costuma ler sobre questões relacionadas com as crianças
	32.6% dos pais nem sempre/não costuma acompanhar o que as suas crianças vêm na internet

A tabela 46, sobre a secção Saúde, revela a falta de participação e conhecimento das mães sobre a preparação para o parto e o pós-parto, oferecida pelo Centro de Saúde.

Contudo, as crianças foram sempre seguidas pelos serviços de saúde e seguiram o Plano Nacional de Vacinação. A grande maioria preocupa-se com a alimentação dos filhos, apesar de assumirem que, por vezes, também consomem alimentos menos saudáveis (sem ser em dia de festa), referem ainda que fazem, pelo menos, uma refeição por dia em família, conversando entre eles. A maioria dos pais percebe que o médico costuma estabelecer o diálogo com eles e com os filhos. Apesar destes bons resultados, no espaço para comentários foi muito referido a necessidade de melhorar os serviços de saúde prestados, *“No centro de saúde os profissionais não têm qualquer vocação para atendimento de crianças e pais inexperientes. Da mesma forma que as instalações não são convidativas a que as crianças se sintam confortáveis e sem medo. Não existem promoções de saúde infantil nas escolas, e estando na terceira gravidez é com surpresa e pela primeira vez em 10 anos que oigo falar em preparação pré e pós-parto do centro de saúde”*.

Tabela 49.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Saúde, do Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

Secção Saúde	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
94.2% dos pais levou as suas crianças a todas as consultas de saúde infantil prevista	70.9% das mães quando estiveram grávidas não participaram no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde
100% dos pais indicam que as suas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação	86.0% das mães não foram chamadas para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde

96.5% dos pais preocupa-se com a alimentação das suas crianças	65.1% dos pais indica que nem sempre as suas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de aniversário
89.5% dos pais indica que fazem pelo menos uma refeição por dia em família, sentados à mesa	25.6% dos pais considera que nem sempre percebe tudo o que o médico/a lhe explica
77.9% dos pais indica que quando comem à mesa, falam todos/as	
90.7% dos pais considera que quando leva as suas crianças ao/à médico/a, as/os profissionais de saúde costumam falar com os pais, mas também diretamente com os seus filhos ou com as suas filhas	
86% dos pais considera que a/a médico/a costuma deixar à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações que tem sobre as suas crianças	

A secção da Educação representada pela tabela 47, revela que alguns pais tiveram que colocar os seus filhos na creche, com poucos meses de vida. Alguns pais demonstraram o desagrado das escolas frequentadas pelos filhos, e mais de metade acha que as atividades promovidas pela escola não são adequadas às suas escolhas. Os pais acompanham as crianças nos estudos e nas reuniões, mas nem sempre nas atividades

escolares. A maioria dos pais concorda que a escola não corresponde aos gostos das crianças e jovens. Quanto aos professores, 58.1% dos pais não sentem que os filhos sejam sempre apoiados individualmente, e 44,2% não se sentem apoiados enquanto pais. Perto de 24% das famílias admite que não consegue pagar o material escolar. Os pais admitem que as crianças nem sempre recorrem à Biblioteca Municipal para realizarem os seus trabalhos ou para estudarem. Ao nível da promoção do meio ambiente, da saúde e da educação sexual, perto de metade dos pais afirma que a escola não promove atividades nesse sentido. Mais de metade dos pais considera que os professores e auxiliares não respeitam todas as crianças, sendo estas, muitas vezes, discriminadas. O espaço para comentários revela algumas críticas às escolas: *“O agrupamento de escolas de São Pedro do Sul é pobre. Pobre em comunicação entre professores, direção e escola, simplesmente não existe dinâmica nem atividades que envolvam a família. O ensino digital parou. E as sugestões dadas por pais raramente são bem recebidas”; “a professora primária do meu filho chamava o se burro e isso contribuiu para ele não gostar da escola e ainda fui aconselhada a mudar de professora pela pedo- psicóloga” e “sinto que os meus filhos não recebem o apoio de que necessitam dos seus professores. Os professores parecem totalmente desinteressados. Parece que não se pensa nas tarefas e o trabalho é simplesmente despejado nas crianças sem qualquer cuidado. Eles passam muito tempo a fazer os trabalhos de casa e a estudar, por vezes os temas nem sequer são ensinados na sala de aula”.*

Tabela 50.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Educação, do Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

Secção Educação	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos

95.3% dos pais sempre apoiou as suas crianças nos estudos, dentro do que sabem e conseguem fazer com eles/as	37.2% dos pais colocou as suas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar
95.3% dos pais costumam perguntar às suas crianças o que fizeram na escola	37.2% dos pais nem sempre/não gostou de todas as escolas que as suas crianças frequentaram
74.4% dos pais participam nas reuniões da escola	55.8% dos pais nem sempre/não sentem que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às suas escolhas enquanto pai/mãe/responsável
	50% dos pais nem sempre participa nas atividades que a escola abre à participação das famílias
	61.9% dos pais consideram que nem sempre/ não sente que a escola corresponde ao que as suas crianças gostam de fazer
	58.1% dos pais consideram que nem sempre/ não sente que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente
	44.2% dos pais consideram que nem sempre/ não se sente apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das suas crianças
	24.4% dos pais consideram que nem

	sempre/ não consegue pagar todo o material escolar que as suas crianças precisam
	68.6% dos pais consideram que as suas crianças nem sempre/ não utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades
	33.8% dos pais consideram que a escola das suas crianças nem sempre/não promove atividades para a proteção do meio ambiente ou para a promoção da saúde
	39.5% dos pais consideram que a escola das suas crianças nem sempre/não promove educação sexual
	51.1% dos pais nem sempre/ não sentem que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação

A tabela 48, da secção Conciliação entre vida familiar e trabalho, permiti entender que a maioria dos pais alegam não ter tempo para fazer o que gostaria, incluindo dedicar algum do seu tempo aos filhos, pois também afirmam que o seu horário de trabalho nem sempre se adapta aos compromissos familiares. Os pais sentem-se apressados. É alarmante 34.9% dos pais referir que depois do trabalho sente-se cansado/a para usufruir da vida familiar. Estas afirmações são reforçadas no espaço para comentários:

“deveria existir legislação que obrigasse as entidades empregadoras a praticarem um horário compatível com a vida familiar”, “é muito difícil conseguir conciliar...” e “ser mãe nem sempre é fácil..., mas mãe trabalhadora é ainda mais difícil”

Tabela 51.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Conciliação entre vida familiar e trabalho, do Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

Secção Conciliação entre vida familiar e trabalho
Aspetos Negativos
65.1% dos pais concorda que na sua vida do dia-a-dia raramente tem tempo para fazer tudo o que queria
53.5% dos pais concorda que na sua vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tem tempo para fazer tudo o que gosta
54.7% dos pais sente-se apressado(a)
65.1% dos pais consideram que o seu horário de trabalho não se adapta aos seus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável
34.9% dos pais concorda que depois do trabalho sente-se cansado/a para usufruir da vida familiar, com as suas crianças
47.7% dos pais consideram que o trabalho lhes impede de dedicar às suas crianças o tempo que gostariam

Finalizada a análise das secções do questionário 7, salienta-se:

- Falta de tempo para o convívio familiar e para brincar depois da escola;
- Pouca participação das crianças e dos jovens em atividades da comunidade e falta de conhecimento, por parte dos pais, da existência dessas atividades;

- Existe uma insegurança, por parte dos pais, quanto aos transportes públicos;
- A maioria dos pais revela situações de agressão entre crianças, dentro ou fora da escola;
- Os castigos corporais ainda predominam na educação;
- Há uma despreocupação, por parte dos pais, sobre o que as suas crianças vêem na internet;
- Existe uma preocupação, por parte dos pais, quanto à saúde em geral dos seus filhos, mas as opiniões mostram algumas lacunas ao nível da proximidade, dos recursos físicos e humanos dos centros de saúde;
- A educação, do ponto de vista dos pais, é um problema: falta de apoio no início da vida familiar; falta de apoio aos filhos e enquanto pais; falta de atividades que promovem o meio ambiente, a saúde e a educação sexual; comportamentos discriminatórios por parte dos(as) professores e professoras.
- A conciliação entre a vida familiar e o trabalho é um problema: a maioria dos pais alega não ter tempo para conjugar a vida familiar, o descanso, o tempo livre e o trabalho.

5.4. Questionário 8 / Autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude

O questionário 8 teve uma baixa adesão, obtendo-se um total de 3 respostas, não sendo possível tratar de representatividade. A falta de participação das entidades com intervenção na infância e juventude do concelho de São Pedro do Sul é uma questão a refletir visto que se trata de entidades que dizem respeito à promoção dos direitos das crianças. Este questionário foi dividido em 5 secções que passaram a ser analisadas.

A partir da Tabela 49, referente à secção A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação, realça-se o facto de todos os profissionais que participaram, bem como as suas entidades, terem formação e informação sobre os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança e, consequentemente, os princípios estão presentes nas suas ações.

Tabela 52.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação, do Questionário 8 | Ferramenta de autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de infância e juventude

Secção A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação	
Aspetos Positivos	
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na instituição	
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que as/os profissionais têm formação sobre os direitos da criança	
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição	

reconhece a criança como sujeito de direitos
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição dissemina informação sobre direitos das crianças
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos
100.0 % dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição produz materiais informativos sobre direitos das crianças

Na Tabela 50, da Participação das Crianças, percebe-se que existe uma unanimidade relativamente às formas que as entidades encontram para promover a participação da criança, quer seja na participação regular em iniciativas / projetos da responsabilidade de outras entidades quer seja na participação, da criança, em todos os processos de tomadas de decisão que lhes dizem respeito. No entanto, é notório a falta de participação das crianças na elaboração das regras das instituições e na elaboração, organização e implementação de atividades para elas.

Tabela 53.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Participação das Crianças, do Questionário 8 | Ferramenta de autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de infância e juventude

Secção Participação das Crianças	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que as crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida	33.3% dos profissionais discorda que todas as crianças conhecem as regras da instituição

passada e sobre as suas expectativas de futuro	
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que existem materiais informativos sobre a instituição, suas regras e atividades desenvolvidas, acessíveis e adequadas às crianças	33.3% dos profissionais discordam completamente que as regras da instituição são elaboradas com a participação das crianças
100.0% dos profissionais concordam que a instituição participa regularmente em iniciativas / projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação da criança na vida da comunidade	33.3% dos profissionais discordam que as crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e que estas podem ser organizadas e implementadas pelas crianças
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que as crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito	33.3% dos profissionais discordam que a instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que as crianças são informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão nas questões que lhe dizem respeito	
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente	

que as entrevistas/comunicações / conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades)	
--	--

Quanto à secção Princípio da não discriminação, a tabela 51 permite realçar que as instituições funcionam pelo princípio / direito da não discriminação, acionando medidas preventivas de práticas discriminatórias e medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis.

Tabela 54.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Princípio da não discriminação, do Questionário 8 | Ferramenta de autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de infância e juventude

Secção Princípio da não discriminação
Aspetos Positivos
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição funciona no respeito pelo princípio / direito da não discriminação
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da

diversidade e interculturalidade

100.0% dos profissionais concordam/ concordam inteiramente que a instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência

Da tabela 52, da secção Trabalho com as famílias, constata-se que as entidades conhecem o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente e, conseqüentemente, proporcionam ações que contribuem para a reflexão sobre as práticas parentais e/ou para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva.

Tabela 55.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Trabalho com as famílias, do Questionário 8 | Ferramenta de autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de infância e juventude

Secção Trabalho com as famílias
Aspetos Positivos
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização.
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição

promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre as práticas parentais.

66.6% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva

A análise à tabela 53, secção Política de Proteção, permitiu perceber que tanto as entidades como os seus profissionais conhecem e adequam a sua prática à Política de Proteção das Crianças e Jovens e aos princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos. No entanto, os profissionais discordam: que outros colegas tenham conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens; que há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo do pessoal administrativo; e que o recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos.

Tabela 56.

Identificação dos aspetos positivos e aspetos negativos da secção Política de Proteção, do Questionário 8 | Ferramenta de autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de infância e juventude

Secção Política de Proteção	
Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição promove regularmente ações que contribuem para o	33.3% dos profissionais discordam que há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo do pessoal

desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores à violência	administrativo.
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens	33.3% dos profissionais discordam que todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens	66.6% dos profissionais discordam/não sabem que o recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição garante o direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais das crianças beneficiárias e suas famílias	
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas crianças/jovens	
100.0% dos profissionais concordam/concordam inteiramente que a instituição tem um Código de Conduta	

para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais	
---	--

Fechado a análise das secções do questionário 8, retira-se que:

- Os profissionais e as suas entidades têm formação e informação sobre os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança e, consequentemente, os princípios estão presentes nas suas ações;
- A participação das crianças, quer em regras, quer em atividades é um problema nas entidades com competência em matéria de infância e juventude. Mas realça-se a participação das crianças nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito;
- As instituições funcionam pelo princípio / direito da não discriminação, acionando medidas preventivas de práticas discriminatórias e medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis;
- As entidades conhecem o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente e, consequentemente, proporcionam ações que contribuam ou para a reflexão sobre as práticas parentais ou para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva;
- As entidades e os seus profissionais conhecem e adequam a sua prática à Política de Proteção das Crianças e Jovens e aos princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos, no entanto existem algumas lacunas no que diz respeito há verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens e ao recrutamento do pessoal, com base nos princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos.

PLANO ESTRATÉGICO LOCAL

1. DEFINIÇÃO DE EIXOS DE INTERVENÇÃO

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) definem-se como instituições oficiais não judiciais, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A CPCJ de São Pedro do Sul, assenta nos mesmos ideais! Pretende, através do presente plano, conseguir dar resposta aos desafios que (re)conhece serem importantes e urgentes. A exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança/jovem; o consumo de álcool e a violência doméstica, são alguns exemplos das preocupações/dificuldades que o concelho enfrenta.

Deve privilegiar-se, assim, o diálogo e a cooperação entre a CPCJ e outras instituições diretamente ligadas às crianças, jovens e suas famílias e também a promoção de ações de capacitação e prevenção junto dos mesmos, sempre num espírito de harmonia. Não podemos esquecer que nenhuma temática pode ser abordada isoladamente, mas sim vista e abordada de diferentes ângulos.

Tendo como ponto de partida um autodiagnóstico e um diagnóstico organizacional e local são expostos os instrumentos que a CPCJ de São Pedro do Sul pensa serem necessários e fundamentais para melhorar as condições das crianças e jovens, o que leva por sua vez a melhoria de ambiente nas famílias e na comunidade.

Apresentam-se vários objetivos específicos, ações a desenvolver, públicos-alvo, entidades envolvidas, indicadores de resultados, calendarização das atividades e as

metas a atingir. Procuramos não ser exaustivos nas atividades, mas assertivos nas suas temáticas e públicos-alvo.

O presente documento está construído em torno de quatro eixos de intervenção, que visam alcançar os seguintes objetivos:

1. Crianças e jovens

Desenvolver ações direcionadas às fragilidades identificadas no presente documento e anteriormente destacadas;

Promover a saúde física e mental na infância e adolescência, como resposta às necessidades apresentadas como urgentes.

2. Famílias

Nenhuma das problemáticas destacadas no presente documento poderá ser tratada sem abraçar as questões que estão mais ou menos ligadas com a família, por isso, propõe-se com este eixo:

Fomentar a parentalidade positiva - respeitadora do pleno desenvolvimento e bem-estar da criança;

Impulsionar uma colaboração interinstitucional eficaz no sentido da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

3. Comunidade

Desde o primeiro dia de vida de uma criança, a comunidade é a sua segunda família. Por isso, não menos importante que uma esfera positiva e respeitadora de cada indivíduo, como a da família, tem de ser proporcionada. Nesse sentido:

Desenvolver ações de prevenção primária junto da comunidade, acreditamos ser o caminho mais indicado para dar resposta às fragilidades e necessidades que encontramos ao longo deste estudo.

4. Capacitação dos recursos humanos

Qualificar formal ou informalmente os membros da CPCJ de São Pedro do Sul através de momentos de formação e/ou reflexão sobre diferentes temáticas presentes no Plano Local para a Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens.

2. EIXOS DE INTERVENÇÃO

Eixo I – Crianças e jovens						
Objetivo estratégico I: Desenvolver ações direcionadas às fragilidades identificadas						
Objetivo específico	Ação	Destinatários	Entidades envolvidas	Indicadores de resultados	Calendarização	
Violência doméstica	Ação comunitária sobre a violência doméstica	Alunos e comunidade	CPCJ/ Escola/ CM/UCC	Número de participantes	Durante o ano letivo	
Celebração do Mês de prevenção dos maus-tratos – campanha do Laço Azul	Colocação de laços azuis no edifício da câmara, sedes de JF, espaços públicos	Alunos e comunidade	CPCJ/ Escola/ CM/UCC/Juntas de Freguesia	Adesão e número de participantes na colocação dos laços e divulgação do Laço azul	Mês de abril	
Convenção internacional sobre os direitos da criança	Debate: Perceber quais as questões que as crianças consideram mais importantes relativamente aos seus direitos	Alunos e comunidade	Todas as entidades	Número de participantes	novembro	

Eixo I – Crianças e jovens						
Objetivo estratégico II: Promover a saúde física e mental na infância e adolescência						
Objetivo específico	Ação	Destinatários	Entidades envolvidas	Indicadores de resultados	Calendarização	
Violência entre jovens	Sensibilização relativa à erradicação da violência no namoro	alunos	CPCJ/UCC/Escola	Adesão do número de participantes	Fevereiro	
Promoção da saúde em meio escolar		Alunos e pais e encarregados de educação	CPCJ/UCC/USP/Escola	Adesão do número de participantes		
Dia Europeu da Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais	Divulgação nos meios de comunicação social locais e <i>OUTDOR</i> na avenida da ponte	Comunidade	CPCJ/UCC/Escola		18 de novembro	
Participação das crianças e jovens na construção planeamento local	Participação Cívica dos Jovens	Comunidade e agentes de desenvolvimento local	CPCJ/Escola/Município	Adesão do número de participantes	1 sessão por período	
Promover a saúde mental e bem-estar nos jovens	Projeto + Contigo	Alunos do 7º ano, docentes, não docentes e pais	UCC/Escola/ARS Centro/ES Enfermagem de Coimbra	Número de participantes	Ao longo do ano letivo	

Eixo II - Famílias						
Objetivo estratégico I: Fomentar a parentalidade positiva – respeitadora do pleno desenvolvimento e bem-estar da criança						
Objetivo específico	Ação	Destinatários	Entidades envolvidas	Indicadores de resultados	Calendarização	
Contribuir para o exercício de uma parentalidade positiva	Ações de formação para professores sobre parentalidade positiva Ações de formação para pais sobre a parentalidade positiva	Professores	CPCJ CLDS Rede Social Município Escola	Adesão do número de participantes		
Fomentar trabalho com famílias monoparentais	Criação de grupos de auto e entreaajuda	Famílias monoparentais	CPCJ CLDS Rede Social Associações de pais Escola Centro Saúde	Adesão do número de participantes		
Promoção Parentalidade Positiva	Intervenção com Pais e Técnica Superior “Anos Incríveis”	Encarregados de Educação	CPCJ / Município / Associação de Pais	Adesão do número de participantes	Ano letivo 2022/2023	
Alargar os conhecimentos e	Elaboração de brochura local de	Pais	CPCJ/Centro de Saúde/Município		Ao longo do projeto – documento a entregar	

informação dos pais	apoio aos pais: preparação para o parto, parentalidade positiva, educação, direitos da criança				juntamente com o boletim da grávida	
Desenvolver preparação para o parto, recuperação pós-parto e promover a parentalidade positiva	"O nosso bebé vem aí"	Grávida/casal/família	UCC/Município/CPCJ	Número de participantes	Ao longo do projeto	

Eixo III - Comunidade						
Objetivo estratégico I: Fomentar uma colaboração interinstitucional eficaz no sentido da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens						
Objetivo específico	Ação	Destinatários	Entidades envolvidas	Indicadores de resultados	Calendarização	
Mobilizar a comunidade contra a violência doméstica	Ação comunitária sobre a violência doméstica – identificação do que é VD	Comunidade geral	CPCJ/ Escola/ CM/UCC/CLDS	Adesão do número de participantes	Ao longo do ano	
alcoolismo	Prevenção	Alunos	Responsável do CRI de Viseu	Adesão do número de participantes		
Maus-tratos	Ações de Rua	Comunidade	CPCJ e Município	Adesão do número de participantes		
Direitos	Ações de Rua	Comunidade	CPCJ e Município	Adesão do número de participantes		
Promover a divulgação das ações	Fazer notas de imprensa sobre as atividades que vão decorrendo ou sobre assuntos ligados à prevenção	Comunidade	CPCJ e Município		Ao longo do ano	
Sensibilizar para a temática do alcoolismo/dependências	Peça de teatro	Comunidade	Associação Recreativa e Cultural Santa Cruz da Trapa e O	Número de participantes	A confirmar	

			Cénico – Grupo de Teatro Popular (a confirmar)			
--	--	--	--	--	--	--

Eixo III - Comunidade						
Objetivo estratégico II: Desenvolver ações de prevenção primária junto da comunidade						
Objetivo específico	Ação	Destinatários	Entidades envolvidas	Indicadores de resultados	Calendarização	
Sensibilização das pessoas da comunidade	Conversa na rádio sobre as temáticas que mais preocupam: Vd/ dependências/maus-tratos	Comunidade	CPCJ		Ao longo do ano	
Prevenção Primária sobre as diferentes temáticas que fizeram parte do Projeto Adélia	Divulgação na revista Municipal	Comunidade	CPCJ e Município			

Eixo IV – Capacitação dos recursos humanos						
Objetivo estratégico: potenciar os recursos humanos para as respostas adequadas						
Objetivo específico	Ação	Destinatários	Entidades envolvidas	Indicadores de resultados	Calendarização	
Ajudar a qualificar os membros da comissão restrita e alargada para as suas funções	Formação organizada pela Comissão Nacional	Comissão Restrita e Alargada	CPCJ e Comissão Nacional	Número de participantes	Ao longo do ano	
	Pequenas ações de sensibilização sobre temáticas diagnosticadas	Comissão Alargada	CPCJ e Comissão Nacional	Número de participantes	Ao longo do ano	
	Ação de sensibilização sobre a Lei de Proteção	Comissão Alargada	CPCJ e Comissão Nacional	Número de participantes	Ao longo do ano	

AVALIAÇÃO

Em matéria de proteção das crianças todos temos uma parte de responsabilidade para que a mesma seja uma realidade.

As entidades da comunidade, cada uma com a sua especificidade e campo de intervenção, têm um papel ativo e marcante que ajuda a coesão da comunidade e potencia a harmonia e complementaridade no desenvolvimento local.

Nesse sentido, o presente Plano, além de conter o diagnóstico do que é feito e como é feito, identifica fragilidades que urge trabalhar e minimizar, nomeadamente quando essas fragilidades são fatores potenciadores de perigo para as crianças.

Foram traçadas algumas ações que traduzem uma intervenção concertada de várias entidades e se pretende que vão ao encontro às problemáticas diagnosticadas no sentido de minimizar os seus efeitos.

Ao longo do período de implementação do Plano serão organizados momentos de avaliação, no mínimo, 2 vezes por ano, para aferir o grau de execução das atividades, os seus efeitos, as dificuldades sentidas e desenvolver estratégias de melhoria.

No final de cada ano será feito o relatório de execução e, no final do período de vigência, o relatório global e o plano de melhoramento para o período seguinte.